



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU  
Estado do Paraná

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026	
OBJETO	Aquisição de dois ônibus 39 lugares para a Secretaria Municipal de Saúde.
PROCESSO ADMINISTRATIVO	Nº 52/2026
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	<b>03 de julho de 2026 às 08h00min</b> – Horário de Brasília-DF
LINK DA SESSÃO	<a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> UASG 987779
PREFERÊNCIA POR ME/EPP/EQUIPARADAS	<b>DESTINAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/equiparadas:</b> <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <b>AMPLA CONCORRÊNCIA:</b> <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <b>PRIORIDADE LOCAL/REGIONAL (10%):</b> <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <b>RESERVA DE COTAS ME/EPP:</b> <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
REGÊNCIA LEGAL	Regido pela Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n.º 09, de 30 de janeiro de 2024, Lei Complementar n.º 123/06, e demais legislações correlatas.
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 1.405.000,00 (um milhão, quatrocentos e cinco mil reais).
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor Preço por Item
MODO DE DISPUTA	Aberto



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU**  
**Estado do Paraná**

<b>UNIDADE GESTORA</b>	Secretaria Municipal de Saúde
<b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b>	1.1. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através do endereço <a href="https://portaltransparencia.porecatu.pr.gov.br/transparencia/licitacoes">https://portaltransparencia.porecatu.pr.gov.br/transparencia/licitacoes</a> ou ainda através do portal eletrônico <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026**

**Preâmbulo**

O Município de Porecatu, estado Paraná, inscrito no CNPJ n. 09.412.450/0001-66, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 344, Centro, em Porecatu/PR, ordenador de Despesas: por intermédio de seu Prefeito Municipal, Sr. **Agamemnon Augusto Araujo Paduan**, e da Secretaria Municipal de Saúde Arilda Batista de Araújo; torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo Menor Preço com critério de julgamento **por item**, e pelo modo de disputa **Aberto**, com abertura em **03/07/2026 às 08h00min, Horário de Brasília-DF**.

O Pregão será conduzido pelo Pregoeiro designado através da Portaria n.º 82/2025, o certame e a contratação dele decorrente, serão regidos pela Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Municipal n.º 16/2024, de 16 de fevereiro de 2024, Decreto Municipal 09/2024 de 30 de janeiro de 2024, pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, legislação correlata e demais exigências deste edital.

O presente edital foi formalizado a partir do planejamento materializado no relatório do estudo técnico preliminar, onde constarão as justificativas pertinentes, bem como no Termo de Referência – TR, ambos instrumentos em anexo.

**1.DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a **Aquisição de dois ônibus 39 lugares para a Secretaria Municipal de Saúde**.

Para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Porecatu/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. Vínculo e Formalização:

1.3.1. O Pregão Eletrônico será formalizado por intermédio de Instrumento Contratual, na forma do Anexo III, observando-se a disponibilidade orçamentária e a conformidade com a Resoluções nº 24.317.449-0 e nº 24.405.396-3.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

#### 2. DA SESSÃO PÚBLICA

2.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do sistema eletrônico Compras.gov.br <https://www.gov.br/compras/pt-br>, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

2.2. Durante a sessão pública a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente por troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

2.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;

2.4. Na impossibilidade da conclusão dos trabalhos da sessão deste Pregão Eletrônico na mesma data de abertura, e em face de decisão do Pregoeiro, deverá ser determinada a continuidade das atividades em dia(s) subsequente(s).

2.5. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

2.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir com exatidão os seus dados cadastrais no Sistema Eletrônico e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente às correções e/ou alterações dos registros quando constada determinada incorreção ou se tornem desatualizados.

#### 3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar do presente Pregão Eletrônico licitantes que satisfaçam as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos e que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema, conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3. Para o item único desta licitação, a participação é de **ampla concorrência**.

3.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **SICAF** até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

**3.5.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

**3.5.2.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e Termo de Referência;

**3.5.3.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**3.5.4.** Que a proposta foi elaborada de forma independente.

**3.6.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

**3.7. Não poderá participar direta ou indiretamente do presente Pregão Eletrônico o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:**

3.7.1. que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.7.2. em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação;

3.7.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.4.1. equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

3.7.9. empresa declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

3.7.10. empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município.

3.7.11. com decretação de falência;

3.7.12. submisso a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;

3.7.13. participação de empresas em consórcio;

3.9.14. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.15. As condições mencionadas nos subitens anteriores serão verificadas pelo Pregoeiro previamente à fase de habilitação;

3.7.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.7.17. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se refere o subitem 3.9.4, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7.18. O disposto no item 3.9.4. não impede a licitação que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.7.19. O impedimento de que trata o item 3.9.5. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7.20. A vedação de que trata o item 3.7.16. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7.21. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.22. Pessoa física que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 14.230/2021, ou pessoa jurídica que tenha como sócio majoritário aquele a quem foi dirigida mencionada penalidade, durante o prazo que apontar a decisão condenatória.

3.7.23. Não se admite a participação de pessoa física quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar.

3.7.24. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

3.7.25. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, desde que não tenham observado o disposto no subitem 3.9 deste Edital.

### **3.8. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO**

3.8.1. Conforme delineado no ETP e no Termo de Referência, **NÃO será permitida** a participação de empresas em regime de consórcio.

3.8.2. Essa decisão é resultante de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e a ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para execução do objeto visando ao atendimento ao interesse público do órgão.

3.8.3. Diante do exposto e considerando que existem diversos fornecedores com capacidade de entregar o objeto deste Edital, e ainda por não ser característico da atividade econômica entrega dos produtos em junção de consórcio, o Município de Porecatu/PR decidiu por não permitir a participação de consórcio. Fato esse que, por si só, não configura restrição à competitividade.

### **3.9. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS SOB A FORMA DE COOPERATIVA:**

3.9.1. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável (Lei nº 5.764/1971, Lei nº 12.690/2012 e LC nº 130/2009).

### **3.10. DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA:**

3.10.1. Considerando os estudos técnicos preliminares, na presente contratação, **não será admitida** a participação de pessoa física, porquanto necessária estrutura incompatível com as suas características para o atendimento da necessidade da Administração.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

#### 3.11. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS

3.11.1. Será permitida a participação de empresas estrangeiras que funcionem no País, sendo exigidos os documentos de habilitação descritos no item 16.3 (habilitação jurídica), inclusive o relacionado no subitem 16.3.1.5. deste edital, por meio de documentos equivalentes aos exigidos para pessoas jurídicas nacionais, inicialmente apresentados em tradução livre, conforme regulamentado pelo Decreto Municipal nº 016/2024.

#### 4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio do registro cadastral no **SICAF**, através do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, no qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.1.1. O acesso do operador ao sistema do pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário cadastrado o sigilo da senha, bem como conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados não cabendo a este órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso ao sistema operacional poderá ser esclarecida através do <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por contato pelo telefone 0800 978 9001

#### 5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. No presente Pregão Eletrônico, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, e de julgamento.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

5.2. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.3. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.5. A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema, ao cadastrar a sua proposta, que:

5.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

5.5.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item.

6.1.2. descrição detalhada do objeto, indicando no que for aplicável, uma única marca por item ofertado, devendo o modelo ser discriminado quando for pertinente. Tais informações devem estar de acordo com o Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

6.3. O licitante **não poderá se identificar** no preenchimento da proposta.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.10. O descumprimento das regras mencionadas pela Administração poderá ensejar responsabilização pelo Tribunal de Contas competente. Após o devido processo legal, poderão ser adotadas medidas como: assinatura de prazo para cumprimento da legislação, nos termos do art. 71, IX, da Constituição Federal, ou condenação dos agentes públicos e da empresa contratada ao ressarcimento ao erário, caso constatado superfaturamento na execução contratual.

6.11. A empresa licitante deverá ainda, apresentar as seguintes declarações, como anexo à proposta:

6.11.1. DECLARAÇÃO de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

6.11.2. DECLARAÇÃO de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no inciso IV do art. 63 da Lei n.º 14.133, de 2021;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

6.11.3. Em relação às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, DECLARAÇÃO de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo utilizar o modelo do ANEXO V do edital.

6.11.4 Catálogos ou folhetos técnicos do fabricante que comprovem que o VEÍCULO ofertado atende a todas as exigências do Termo de Referência, especialmente quanto à motorização, câmbio automático e classificação de eficiência energética.

#### **6.12. DA GARANTIA DA PROPOSTA**

6.12.1. Para a presente licitação **não será exigida** garantia de proposta.

#### **7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido, por via eletrônica no endereço através do site Compras.gov.br <https://www.gov.br/compras/pt-br>, devendo ainda serem encaminhadas cópias para o e-mail: [licitaporecatu@gmail.com](mailto:licitaporecatu@gmail.com) até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, durante o horário de expediente, encerrando-se às 17h00.

7.1.1 Não será conhecida da impugnação ou do pedido de esclarecimentos sem o nome completo ou razão social, CPF/CNPJ, endereço, telefones, e-mail, assinatura do impugnante e sendo pessoa jurídica deverá estar acompanhada de documento que comprove a representatividade de quem assina a impugnação.

7.2. O agente de contratação, responderá à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

7.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro/agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

7.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 7.2, e vincularão os participantes e a Administração.

7.5. Na hipótese de alteração do instrumento convocatório em decorrência do acolhimento da impugnação ou do esclarecimento feito, aplica-se o disposto no §1º do art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

#### **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.2.1. Será desclassificada a proposta cuja descrição do objeto não esteja em conformidade com os requisitos do edital e também será desclassificada a proposta cuja descrição identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

#### **9. DOS LANCES**

9.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**9.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

9.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de R\$ 0,05 (cinco) centavos.**

9.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

#### **10. DO MODO DE DISPUTA**

10.1. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

10.2. A sessão pública será realizada em consonância com o art. 56 inciso I, da Lei nº 14.133/21, obedecendo ao modo de disputa **aberto**, na fase aberta os licitantes serão informados em tempo real, o valor do menor lance registrado, vedado a identificação do seu detentor.

10.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.2.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.2.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.2.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.2.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

## 11. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006](#).

11.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.1.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte e equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

11.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.3. A licitante caracterizada como ME, EPP ou equiparada **não** poderá fazer uso do tratamento diferenciado se, no ano-calendário de realização da licitação, tiver celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

### 12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

12.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

12.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.1.3. Concluída a negociação, o resultado será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

### 13. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE OFERTADO

13.1. O pregoeiro solicitará ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar que, no prazo de até **2 (duas) horas** envie a proposta, devidamente preenchida e assinada, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

13.1.1. A Proposta de Preços ajustada deverá ser inserida no sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou pelo e-mail: [licitaporecatu@gmail.com](mailto:licitaporecatu@gmail.com) quando solicitado pelo Agente de Contratação.

13.1.2. A sessão PODERÁ ser suspensão para aguardo da proposta de preços, cabendo ao Pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

13.1.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

13.2. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### **14. DA FASE DE JULGAMENTO**

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

14.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação neste Edital e seus anexos.

14.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

14.4.1. conter vícios insanáveis;

14.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos;

14.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo estimado para a contratação;

14.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.4.5.1. Para os fins do disposto nos subitens 14.4.1 e 14.4.5, considera-se vício sanável, entre outras, as seguintes medidas:

I – A complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - O desatendimento de exigências meramente formais e que não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;

III - aquele cujo defeito não altera a substância da proposta;

IV - A atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

V – A juntada extemporânea de declarações firmadas pelo próprio licitante; ou

VI – A juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

14.4.5.2. O pregoeiro poderá realizar diligências para sanar os vícios de que trata o subitem 14.4.5.1 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado na ata da sessão.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

14.5. No caso de apresentação de proposta inexecutável (subitem 14.4 e 14.4.4), o pregoeiro, para fins de subsidiar a decisão quanto à sua aceitabilidade, poderá realizar diligências para aferir a executabilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada no sentido de:

a) apurar se há algum risco na viabilidade da execução do objeto ofertado, a origem e a qualidade dos insumos empregados no processo produtivo e se a licitante está em dia com suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; e

b) solicitar à licitante maiores esclarecimentos sobre a dimensão da sua proposta e de onde obterá proveito econômico, no sentido de comprovar que o custo ultrapassa o valor da proposta; e/ou inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, comprovando a sua efetiva executabilidade, bem como declaração expressa de que assume eventuais prejuízos ao longo de futura relação contratual a ser firmada, de maneira que possíveis pedidos de modificação contratual posterior sejam analisados atentamente, a fim de que não sejam utilizados como expediente para corrigir distorções nos preços contemplados na proposta vencedora.

14.5.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que dispõe o subitem 14.4.5.2 e subitem 14.5, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24hrs (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada na ata da sessão.

14.6. É considerado indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

### **15. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

15.1. Os licitantes interessados, após o encerramento da etapa competitiva, poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor.

15.1.1. A apresentação de novas propostas na forma do item 15.1 não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor.

15.1.2. Para os fins do disposto no subitem 15.1, o pregoeiro consultará os demais licitantes se aceitam reduzir o preço e aderir às demais condições ofertadas pelo licitante vencedor.

15.1.3. Com a confirmação do aceite, será consignado em ata da sessão da licitação.

15.2. Se houver mais de um licitante que aceite cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, a classificação será realizada segundo a ordem da última proposta individual ou lance apresentado durante a fase de competitiva de lances.

### **16. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

16.1. Os documentos de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, são exigidos nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

16.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

16.2.1. Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

16.2.2. consulta ao banco de dados de penalidades do município (cadastro/registro das empresas sancionadas e/ou suspensas).

16.2.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o §8º do artigo 12 da Lei n.º 14.230/2021.

16.2.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa.

16.2.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

16.2.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

### 16.3. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS:

#### 16.3.1. Habilitação jurídica:

16.3.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.3.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.3.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.3.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução. [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.](#)



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

16.3.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.3.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

16.3.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.3.1.8. **No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal n. 123/2006 e da Lei Complementar estadual n. 303/2022:** certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006;

#### **16.3.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

16.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br);

16.3.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.3.2.3 Prova de Regularidade relativa ao (FGTS), por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura da sessão;

16.3.2.4 Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, seguridade social, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ou [www.pgfn.fazenda.gov.br](http://www.pgfn.fazenda.gov.br). **Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1.751, de 2 de outubro de 2014;**

16.3.2.5 Prova de Regularidade para com a Fazenda **Estadual**, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-**ICMS**, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

16.3.2.6 Prova de Regularidade para com a Fazenda **Municipal**, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-**ISS**, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;

16.3.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

Negativa de Débitos **Trabalhistas-CNDT**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao), conforme Lei n.º 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

#### **16.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

16.3.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

16.3.3.2. Pessoa jurídica, apresentar certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

16.3.3.3. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, acompanhados da DRE, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

16.3.3.4. A comprovação será feita pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser superiores a 1 (um).

16.3.3.5. As empresas que apresentarem resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer índice deverão comprovar Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

#### **16.3.3.6. Justificativa para exigência dos índices contábeis:**

16.3.3.6.1. Conforme o Art. 69 da Lei nº 14.133/2021, a exigência justifica-se por se tratar de relatórios essenciais para aferir a saúde financeira e o controle do patrimônio da empresa. Através destes índices, averiguar-se-ão os registros ordenados e padronizados, garantindo que a licitante possui solidez econômica para suportar a execução do objeto e as obrigações contratuais, conforme verificado na fase de planejamento da contratação.

#### **16.3.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

16.3.4.1. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica da empresa licitante que demonstre de maneira satisfatória a aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis ao objeto licitado (fornecimento de veículos automotores).

16.3.4.1.1. Havendo necessidade, será realizada diligência para fins de comprovação da autenticidade do atestado apresentado.

16.3.4.1.2. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação de quantitativos.

16.3.4.2. Declaração Unificada, conforme modelo no Anexo VI deste edital, devidamente preenchida e assinada.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

16.3.4.3. **Modelo de Carta de Preposto, conforme Anexo VII** deste edital. A Carta de Preposto não substitui a Procuração e nem a Procuração substitui a Carta de Preposto.

16.3.4.4. A proponente que não se enquadra como fabricante, deverá comprovar que dispõe de assistência técnica autorizada da marca ofertada, contendo estrutura própria e equipe técnica especializada, a uma distância de 100 km do município de Porecatu-PR, para fins de economicidade e celeridade, quando da sua manutenção e revisões periódicas

#### **16.3.5. DAS REGRAS GERAIS DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

16.3.5.1. Após a consulta de que trata o subitem 12.2 deste Edital, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá encaminhar **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS NESTE EDITAL**, via sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação.

16.3.5.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

16.3.5.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

16.3.5.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

16.3.5.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

16.3.5.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

16.3.5.5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

16.3.5.5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

16.3.5.5.3. A diligência de que trata o subitem 16.3.5.5, não caracteriza como substituição ou apresentação de documento novo, e dessa forma, o pregoeiro/comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada na ata da sessão e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, assim como a juntada de documento extemporâneo que não havia sido apresentado no momento oportuno por um equívoco ou falha, porém desde que esses sejam preexistentes e passível de comprovação.

16.3.5.5.4. Os documentos exigidos em sede de diligência deverão ser apresentados no sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do pregoeiro, sob pena de inabilitação.

16.3.5.5.5. Caso haja a necessidade de suspensão da sessão para a realização da diligência, somente poderá ser retomada a sessão mediante aviso prévio no sistema, com no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e devidamente registrado em ata.

16.3.5.5.6. O prazo estabelecido no subitem acima poderá ser prorrogado pelo Pregoeira no caso de indisponibilidade do sistema, bem como da ocorrência de fato excepcional superveniente para o qual não tenha concorrido a licitante, desde que devidamente comprovada, não podendo este prazo exceder em 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeira.

16.3.5.5.7. Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).

16.3.5.5.8. Os documentos remetidos por meio do sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br> poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a). Caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao pregoeiro, no endereço [licitaporecatu@gmail.com](mailto:licitaporecatu@gmail.com).

16.3.5.5.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir

16.3.5.5.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta ajustada, e/ou documentos complementares, tanto na fase de proposta ou de habilitação, conforme previsto neste instrumento, será desclassificada/inabilitada, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

16.3.5.5.10. As microempresas, as empresas de pequeno porte e equiparadas, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

16.3.5.5.11. Na hipótese de haver alguma restrição quando da comprovação de regularidade, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.3.5.5.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.3.5.5.13. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

16.3.5.5.14. Após o encerramento da fase de habilitação, o pregoeiro disponibilizará no sistema os documentos da habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor bem como os documentos oriundos das diligências promovidas.

#### **16.3.6. DAS DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS PELOS LICITANTES NA FASE DE HABILITAÇÃO:**

16.3.6.1. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3.6.2. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

16.3.6.3. Constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, a verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

16.3.6.4. No caso que a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

16.3.6.5. Qualquer licitante poderá, de **forma imediata**, após a declaração do vencedor do certame, manifestar sua intenção de recorrer sob pena de preclusão, em campo próprio do sistema, dessa forma será concedido na sessão pública o prazo de 30 minutos, indicando em sua manifestação contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer, julgamento das propostas e/ou ato de habilitação ou inabilitação de licitante.

#### **17. DOS RECURSOS**

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

17.2. O prazo para apresentação do recurso é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

17.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data da ata de julgamento.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados através do endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> devendo ainda serem encaminhadas **cópias para o e-mail: [licitaporecatu@gmail.com](mailto:licitaporecatu@gmail.com)**.

17.5. Fica assegurada vista imediata dos autos do pregão, aos interessados, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

17.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.7.1. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente poderá solicitar auxílio pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias. E caso a autoridade competente solicite, o prazo para proferir a decisão ficará suspenso.

17.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

### 18. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

18.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o pregoeiro deverá elaborar um breve relatório quanto aos fatos e procedimentos do certame, e encaminhar o processo à autoridade superior para que se proceda a adoção de uma das condutas constantes do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### 19. DA ENTREGA DO OBJETO

19.1. As condições e obrigações referente a entrega do objeto, devem seguir as disposições constantes do **Termo de Referência**, devendo a contratada observar integralmente os prazos, condições e locais nele especificados.

### 20. DO PAGAMENTO

20.1. No que tange ao pagamento decorrente do fornecimento do objeto, a contratada deverá observar o disposto no **item 6 do Termo de Referência (dos critérios de medição e pagamento)**.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

20.2. A CONTRATADA obriga-se a emitir as notas fiscais ou documentos fiscais equivalentes em conformidade com a legislação vigente, observando-se, obrigatoriamente, o CNPJ da unidade administrativa (Secretaria) responsável pela solicitação e recebimento do objeto contratado.

20.3. Para cada fornecimento de bens e/ou prestação de serviços realizados em atendimento a solicitações específicas de determinada Secretaria, deverá ser emitida nota fiscal individualizada, contendo:

- O CNPJ da respectiva Secretaria;
- A descrição detalhada do objeto fornecido ou serviço prestado;
- O número da ordem de fornecimento, autorização de serviço ou documento equivalente que deu origem à solicitação;
- A data da entrega ou da execução do serviço.

20.4. A CONTRATANTE se compromete a indicar, em cada solicitação formal, o CNPJ e os dados completos da unidade requisitante, a fim de permitir a correta emissão do documento fiscal.

20.5. O pagamento somente será processado mediante apresentação da nota fiscal corretamente emitida, conforme disposto nesta cláusula, acompanhada da comprovação do recebimento definitivo do objeto, atestada pela unidade requisitante.

## 21. DA CONTRATAÇÃO

21.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, a licitante adjudicatária será convocada para assinar o termo de contrato ou instrumento substitutivo, cuja minuta constitui o Anexo III do presente instrumento, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 90, da Lei n.º 14.133, de 2021<sup>1</sup>.

21.2. Se não ocorrer a convocação para a contratação e decorrer o prazo de validade da proposta indicado no edital, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

21.3. Será admitida a forma eletrônica na celebração do Contrato, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

21.4. Na assinatura do Contrato, será exigida para a licitante, a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, e se, por ocasião da formalização do respectivo Contrato, as certidões de regularidade da Adjudicatária para com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Justiça do Trabalho estiverem vencidas, o órgão contratante verificará a situação por meio eletrônico hábil

---

<sup>1</sup> **Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 90, § 1º** - § 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos comprobatórios da respectiva consulta, salvo impossibilidade devidamente justificada.

21.5. Se o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital, se recusar a assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, é facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar o contrato nas mesmas condições propostas pelo vencedor.

21.5.1. Caso o licitante que reduziu o valor ao primeiro colocado, não aceite assinar o Contrato, nos termos do 17.5, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

21.5.2. Se restar frustrada a negociação de melhor condição de preço, a Administração poderá adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória.

21.5.3. Na adoção dos procedimentos descritos nos itens 21.5 à 21.5.2, a Administração **não** poderá aceitar propostas/lances superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

21.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou o instrumento equivalente, no prazo estabelecido, caracterizará a conduta tipificada no inciso VI do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e o sujeitará à penalidade prevista neste Edital.

## **22. EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

22.1. Conforme identificado no item “Do Gerenciamento de Riscos” do relatório do Estudo Técnico Preliminar, deverão ser observadas na gestão e fiscalização do contrato, as ações específicas para o objeto contratado.

## **23. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES**

**23.1. Comete infração administrativa o fornecedor que infringir as disposições previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:**

- 23.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 23.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 23.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 23.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 23.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 23.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 23.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 23.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 23.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

23.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.1.10.1. considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta licitação;

23.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**23.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:**

a) Advertência pela falta do subitem 23.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 20% (vinte por cento), conforme regulamentação pertinente ao art.156, § 3º da Lei 14.133/2021, sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 23.1.1 a 23.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 23.1.2 a 23.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes municipais, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 23.1.8 a 23.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

23.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.6. Na aplicação da sanção prevista na alínea “b” do item 23.2 deste Edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.7. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 23.2 deste Edital será instaurado



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.8. Quando o quadro funcional não dispuser de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente, com tempo mínimo de 3 (três) anos de efetivo exercício no órgão ou entidade.

23.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

24.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

24.3. Toda a documentação exigida para o certame deverá ser anexada no sistema eletrônico em formato legível.

24.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser observadas as regras previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, estarão disponíveis na íntegra no sítio eletrônico oficial do município <https://portaltransparencia.porecatu.pr.gov.br/transparencia/licitacoes> no portal <https://www.gov.br/compras/pt-br> e pelo endereço eletrônico [licitaporecatu@gmail.com](mailto:licitaporecatu@gmail.com).

### 25. DO FORO

25.1. Fica eleito, para dirimir as questões divergentes oriundas do presente Edital e seus anexos, que não forem resolvidas na esfera administrativa, o foro da comarca de Porecatu, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

ANEXO I - Termo de Referência;

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II – Modelo Proposta de Preços;

ANEXO III – Minuta do Contrato;

ANEXO IV – Modelo Declaração - Enquadramento ME ou EPP;

ANEXO V – Modelo de Declaração Unificada;

ANEXO VI – Modelo de Termo de Nomeação de Preposto;

Porecatu – PR 10 de junho de 2026.

Agamemnon Augusto Araujo Paduan  
Prefeito Municipal/Ordenador de Despesas



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU**  
**Estado do Paraná**

**ANEXO I**

<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>
----------------------------

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 52/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026**

O presente instrumento foi formalizado com base nos levantamentos efetivados nos estudos técnicos preliminares, utilizando como parâmetro o relatório onde constam as justificativas para as presentes inserções e a materialização do planejamento, encontrando-se este, em anexo.

Somado às presentes exigências, deverão ser observados pelos interessados em formalizar propostas, todas as exigências que estarão contidas no Edital.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Aquisição de dois ônibus 39 lugares para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e exigências estabelecidas no item 1.2.

**1.2.** Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	MÉDIA	VALOR TOTAL
1	CATMAT 638015- Veículo tipo Ônibus Rodoviário para o transporte de passageiros; - Fabricação Nacional com carroceria e chassi integrados; - Primeiro emplacamento em nome da prefeitura de Porecatu-PR - Ano/Modelo de no mínimo 2025/2026, Proconve P8 EURO VI; - Ar-Condicionado de teto de no mínimo de 85.000btu's;	und	2	<b>R\$ 702.500,00</b>	<b>R\$ 1.405.000,00</b>



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

<ul style="list-style-type: none"><li>- Dispositivo de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida conforme legislação vigente;</li><li>- Parede total de separação;</li><li>- Alavanca de câmbio no painel;</li><li>- Capacidade mínima de 39 lugares, incluso o motorista;</li><li>- Poltronas soft executivas reclináveis com assento e encosto individual par cada passageiro;</li><li>- Revestimento das poltronas em tecido;</li><li>- Descansa braço central e nas laterais;</li><li>- Descansa pés nas poltronas;</li><li>- Largura das poltronas de no mínimo 940mm;</li><li>- Usb para todas as poltronas;</li><li>- Porta copos nas poltronas;</li><li>- Cinto de segurança abdominal retrátil para todas as poltronas e de três pontos para o motorista;</li><li>- Poltrona hidráulica para o motorista;</li><li>- Porta pacotes em todo o salão com iluminação e ar-condicionado para cada passageiro;</li><li>- Janelas com vidros colados ou móveis;</li><li>- Cortinas em todas as janelas do salão;</li><li>- Direção hidráulica ou elétrica;</li><li>- Injeção Eletrônica;</li><li>- Iluminação interna com LED's</li><li>- Corredor central com piso antiderrapante, revestido em madeira naval;</li><li>- Motor com potência mínima de 175 CV;</li><li>- Computador de Bordo;</li><li>- Freios ABS com acionamento a ar;</li></ul>				
--	--	--	--	--



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU  
Estado do Paraná

<ul style="list-style-type: none"><li>- Sistema elétrico de no mínimo 24 volts composto por duas baterias;</li><li>- Porta pantográfica com acionamento a ar interno e externo;</li><li>- Combustível diesel S-10 com tanque de capacidade mínima de 150 litros.</li><li>- Tanque com reservatório de ureia líquida Arla 32 (Obrigatório);</li><li>- Conjunto óptico de faróis;</li><li>- Itinerário eletrônico;</li><li>- Farol de neblina;</li><li>- Bagageiro traseiro;</li><li>- Cambio com mínimo de 07 marchas, sendo 06 (seis) à frente e 01 (uma) à Ré;</li><li>- Rodado duplo no eixo traseiro;</li><li>- Comprimento de no mínimo de 10.000mm;</li><li>- Entre eixos de no mínimo de 5.500mm;</li><li>- PBT (Peso bruto total) de no mínimo 10.000Kg;</li><li>- Suspensão dianteira: Interligada por molas;</li><li>- Suspensão traseira: Interligada por molas;</li><li>- Um alçapão com saída de emergência;</li><li>- Saídas de emergência junto as janelas;</li><li>- Pneus medidas mínimas de 235/75R 17,5 e rodas 6,75x17,5;</li><li>- Estepe e rodas medidas mínimas de 235/75R 17,5 e rodas 6,75x17,5;</li><li>- Ferramentas: macaco, estepe e triângulo de sinalização;</li><li>- Garantia e assistência técnica do chassi e da carroceria de no mínimo 02 anos, conforme manual do proprietário;</li></ul>				
--	--	--	--	--



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU**  
**Estado do Paraná**

	<ul style="list-style-type: none"><li>- Apresentar declaração do Fabricante que a Proponente é autorizada a comercializar o produto, prestar garantia e assistência técnica no estado do Paraná;</li><li>- Atestado de capacidade técnica;</li><li>- Identificado visualmente com as logomarcas padrão do Município e demais solicitadas;</li><li>- A proponente que não se enquadra como fabricante, deverá comprovar que dispõe de assistência técnica autorizada da marca ofertada, contendo estrutura própria e equipe técnica especializada, a uma distância de 100 km do município de Porecatu-PR, para fins de economicidade e celeridade, quando da sua manutenção e revisões periódicas.</li></ul>				
<b>TOTAL GERAL: R\$ 1.405.000,00</b>					

O valor total estimado da contratação é de **R\$ 1.405.000,00 (um milhão, quatrocentos e cinco mil reais)**.

**1.2.1.** O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme informado na SD originária, e atende as disposições do Decreto Municipal nº 09/2024, não se caracterizando como bem de luxo.

**1.3.** Utilização do catálogo de padronização:

**1.3.1.** O órgão adotará catálogo próprio e os produtos não estão padronizados até a presente data, sendo utilizada a especificação técnica contida no sistema interno enquanto o catálogo de padronização está sendo construído gradativamente.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

#### **2. DA JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A presente contratação tem por finalidade a aquisição de 02 (dois) ônibus rodoviários zero quilômetro, com capacidade mínima de 39 lugares, destinados ao transporte sanitário da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Porecatu/PR.

A necessidade da contratação decorre do aumento contínuo da demanda por transporte de pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) para realização de consultas especializadas, exames, tratamentos contínuos, procedimentos cirúrgicos e demais atendimentos médicos em municípios de referência da região e centros especializados.

O Município realiza diariamente o deslocamento de pacientes para atendimento em outras localidades, sendo imprescindível a disponibilização de veículos adequados, seguros, confortáveis e compatíveis com as exigências técnicas e legais vigentes.

A atual frota municipal apresenta desgaste natural decorrente do uso contínuo, elevando custos de manutenção corretiva e preventiva, além de comprometer a eficiência operacional do serviço público de saúde, podendo ocasionar interrupções, atrasos e desconforto aos usuários do sistema público de saúde.

A aquisição dos veículos proporcionará:

- melhoria na qualidade do transporte sanitário eletivo;
- maior segurança aos pacientes e motoristas;
- ampliação da capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Saúde;
- redução de custos com manutenção de veículos antigos;
- diminuição do risco de paralisações operacionais;
- maior conforto em deslocamentos de longa distância;
- atendimento às normas de acessibilidade e segurança;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

- fortalecimento da rede municipal de saúde.

Os veículos deverão atender às especificações técnicas necessárias ao transporte coletivo de passageiros, incluindo acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, sistema de climatização, dispositivos de segurança, poltronas adequadas, além de conformidade com normas ambientais vigentes, especialmente padrão PROCONVE P8 EURO VI.

A contratação também se justifica em razão dos recursos disponibilizados por meio das Resoluções nº 24.317.449-0 e nº 24.405.396-3, destinadas ao fortalecimento da estrutura de transporte sanitário municipal.

Dessa forma, a aquisição pretendida mostra-se necessária, adequada e indispensável para assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos de saúde prestados à população do Município de Porecatu/PR, atendendo ao interesse público e aos princípios da Administração Pública previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

### **3 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** Conforme requisitos previstos no relatório do ETP, a contratação deve obedecer aos requisitos abaixo:

#### **3.1.1. Especificações Técnicas e Mecânicas do Veículo**

- Tipo e Estrutura: Veículo tipo Ônibus Rodoviário para o transporte de passageiros, de fabricação nacional, com carroceria e chassi integrados.
- Ano e Emissões: Ano/Modelo de no mínimo 2025/2026, atendendo ao padrão Proconve P8 EURO VI.
- Motorização: Motor com potência mínima de 175 CV e sistema de injeção eletrônica.
- Combustível e Reativos: Abastecimento a Diesel S-10, com tanque de capacidade mínima de 150 litros e reservatório obrigatório para ureia líquida (Arla 32).



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

- Transmissão: Câmbio com mínimo de 07 marchas, sendo 06 (seis) à frente e 01 (uma) à ré, com a alavanca de câmbio posicionada no painel.
- Dimensões e Peso: Comprimento total de no mínimo 10.000 mm, entre-eixos de no mínimo 5.500 mm e Peso Bruto Total (PBT) de no mínimo 10.000 Kg.
- Suspensão e Rodagem: Suspensão dianteira e traseira interligadas por molas; rodado duplo no eixo traseiro; rodas e pneus (incluindo o estepe) com medidas mínimas de 235/75R 17,5 e rodas 6,75x17,5.
- Sistema Elétrico e Tecnologia: Sistema elétrico de no mínimo 24 volts composto por duas baterias, computador de bordo e itinerário eletrônico.

#### 3.1.2. Itens de Conforto e Habitabilidade

- Capacidade: Mínima de 39 lugares, já incluso o assento do motorista.
- Poltronas dos Passageiros: Tipo *soft* executivas reclináveis, com assento e encosto individual, revestimento em tecido, descansa-braço central e nas laterais, descansa-pés, porta-copos e largura mínima de 940 mm.
- Conectividade: Saídas USB individuais para todas as poltronas.
- Climatização: Ar-condicionado de teto com potência mínima de 85.000 BTUs, com dutos e saídas de ar individuais no porta-pacotes para cada passageiro.
- Isolamento e Acabamento: Parede de separação total entre o posto do motorista e o salão de passageiros; janelas com vidros colados ou móveis, equipadas com cortinas em todo o salão; corredor central com piso antiderrapante revestido em madeira naval; e iluminação interna totalmente em LED.
- Porta de Acesso: Porta pantográfica com acionamento a ar comandado tanto interna quanto externamente.

#### 3.1.3. Requisitos de Segurança e Acessibilidade



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

- Acessibilidade: Equipado obrigatoriamente com dispositivo de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, em estrita conformidade com a legislação vigente.
- Frenagem: Freios ABS com acionamento a ar.
- Cintos de Segurança: Cinto de segurança de três pontos para a poltrona hidráulica do motorista e cintos abdominais retráteis para todas as poltronas dos passageiros.
- Sinalização e Visibilidade: Direção hidráulica ou elétrica; conjunto óptico de faróis e faróis de neblina.
- Saídas de Emergência: Um alçapão com saída de emergência no teto e saídas de emergência integradas junto às janelas.
- Equipamentos Obrigatórios: Bagageiro traseiro e kit de ferramentas contendo macaco, chave de roda (estepe) e triângulo de sinalização.

#### 3.1.4. Requisitos Comerciais, Legais e de Garantia

- Emplacamento: O primeiro emplacamento do veículo deverá ser realizado obrigatoriamente em nome da Prefeitura Municipal de Porecatu - PR.
- Identificação Visual: O veículo deve ser entregue totalmente identificado com as logomarcas padrão do Município e demais inscrições solicitadas pela secretaria.
- Garantia: Garantia contratual e assistência técnica mínima de 02 (dois) anos para o chassi e para a carroceria, conforme os manuais do proprietário.
- Habilitação Técnica do Licitante:
  - Apresentar atestado de capacidade técnica.
  - Apresentar declaração emitida pelo fabricante comprovando que a empresa proponente é autorizada a comercializar o produto, prestar a garantia e a assistência técnica dentro do Estado do Paraná.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

- Logística de Manutenção Próxima: A proponente que não se enquadrar na condição de fabricante original deverá comprovar que dispõe de uma estrutura de assistência técnica autorizada da marca ofertada (com instalações próprias e equipe técnica especializada) a uma distância máxima de 100 km do município de Porecatu-PR, assegurando a economicidade e a celeridade nos serviços de revisões periódicas e manutenções.

#### 3.1.5. Prazos de Entrega

- O fornecedor terá o prazo de até 60 dias, contados a partir da assinatura do contrato ou da respectiva emissão da Nota de Empenho/Ordem de Serviço, para efetuar a entrega definitiva do objeto.

#### 3.1.6. Local e Horário de Recebimento

- Local: Os veículos deverão ser entregues diretamente na sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Iguaçu, nº 1.337 – Porecatu – PR.
- Horário: O recebimento ocorrerá exclusivamente nos dias úteis, nos períodos das 08h às 11h e das 13h às 17h.
- Agendamento: A entrega física dos bens fica condicionada ao prévio agendamento junto ao setor responsável da pasta demandante.

#### 3.1.7. Condições de Regularização e Apresentação do Bem

- Emplacamento Inicial: Constitui obrigação do fornecedor entregar o veículo com o primeiro emplacamento já realizado em nome da Prefeitura Municipal de Porecatu - PR.
- Identificação Visual: Os ônibus deverão ser entregues totalmente configurados e customizados com a identificação visual padrão, contendo as logomarcas oficiais do Município e demais inscrições institucionais que forem solicitadas pela Secretaria de Saúde.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

- Acessórios de Bordo: No ato da entrega, os veículos deverão estar equipados com todos os componentes obrigatórios e ferramentas de rodagem, compreendendo: macaco, triângulo de sinalização e roda de estepe (em medidas mínimas de 235/75R 17,5 e rodas 6,75x17,5).

#### 3.1.8. Recebimento e Fiscalização

O recebimento dos bens ficará a cargo da Fiscal de Contrato designada, Daniele T. Donato (Portaria nº 205/2025), conjuntamente com a Gestora do Contrato, Arilda Batista de Araújo, as quais realizarão a conferência de todos os itens e exigências técnicas detalhadas no edital para a lavratura do termo de recebimento definitivo.

3.1.9. Prazo de vigência da contratação: 12 (doze) meses.

#### 3.2. Do consórcio

Nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá admitir ou vedar a participação de empresas reunidas em consórcio, desde que a decisão seja devidamente justificada em razão das características do objeto e das condições de execução contratual.

Para a presente contratação, que tem por objeto a aquisição de 02 (dois) ônibus rodoviários novos, com capacidade mínima de 39 lugares, destinados ao transporte sanitário da Secretaria Municipal de Saúde, conclui-se pela vedação da participação de empresas em consórcio.

A decisão fundamenta-se no fato de que o objeto possui natureza comum e padronizada, amplamente disponível no mercado nacional, não apresentando complexidade técnica, operacional ou financeira que justifique a formação de consórcio para sua execução.

Além disso, existem diversos fabricantes, concessionárias e empresas especializadas aptas a fornecer integralmente os veículos especificados, garantindo ampla competitividade ao certame sem necessidade de associação entre empresas.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

A admissão de consórcios, neste caso, poderia dificultar a gestão contratual, a fiscalização da execução, a definição de responsabilidades e a operacionalização das garantias e da assistência técnica exigidas pela Administração.

Dessa forma, visando preservar a competitividade, a eficiência administrativa, a simplicidade da contratação e a adequada execução do objeto, fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio no presente procedimento licitatório, sem prejuízo da ampla participação de empresas individualmente qualificadas para o fornecimento do objeto.

Conclui-se, portanto, que a vedação à participação em consórcio é medida adequada, proporcional e compatível com as características da contratação, atendendo ao interesse público e aos princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

### **3.3. Da subcontratação**

Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação.

A vedação à subcontratação justifica-se pelo fato de que o fornecimento dos veículos deverá ser realizado integralmente pela empresa contratada, que será responsável pelo cumprimento de todas as especificações técnicas, obrigações contratuais, garantias, assistência técnica e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e Contrato Administrativo.

A eventual transferência da execução do objeto principal para terceiros poderia comprometer a rastreabilidade das responsabilidades, a fiscalização contratual, a qualidade do fornecimento e a efetividade das garantias exigidas pela Administração.

Todavia, poderão ser admitidas subcontratações acessórias e secundárias, quando indispensáveis ao cumprimento de obrigações complementares relacionadas à entrega técnica, emplacamento, identificação visual dos veículos ou serviços especializados correlatos, desde que previamente autorizadas pela Administração e sem transferência da responsabilidade integral da execução contratual.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

Em qualquer hipótese, a contratada permanecerá como única responsável perante a Administração Pública pela perfeita execução do contrato, respondendo integralmente pela qualidade dos bens fornecidos, pela garantia, pela assistência técnica e pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas.

Dessa forma, conclui-se pela vedação da subcontratação do objeto principal da contratação, admitindo-se apenas atividades acessórias devidamente autorizadas pela Administração, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **3.4. Da exigência de garantia da contratação:**

**3.4.1.** Nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, analisou-se a conveniência e a necessidade de exigência de garantia para a execução contratual.

Considerando que o objeto da presente contratação consiste na aquisição de 02 (dois) ônibus rodoviários novos, com fornecimento integral em entrega única, sem execução continuada de serviços ou obrigações de elevada complexidade, conclui-se que a exigência de garantia contratual não se mostra necessária para resguardar os interesses da Administração.

A contratação envolve fornecimento de bem de natureza comum, amplamente disponível no mercado, cuja execução poderá ser adequadamente acompanhada e fiscalizada pela Administração, estando ainda protegida pelas sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como pelas garantias legais e contratuais do fabricante e da contratada.

Além disso, a não exigência de garantia da contratação contribui para ampliar a competitividade do certame, evitando custos adicionais aos licitantes que possam restringir a participação de empresas aptas ao fornecimento do objeto, sem prejuízo à segurança da contratação.

Ressalta-se que permanecerão obrigatórias as garantias inerentes ao produto fornecido, especialmente a garantia mínima de fábrica de 02 (dois) anos para o chassi e a carroceria, assistência técnica autorizada e demais condições previstas no Termo de Referência e no contrato administrativo.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

Dessa forma, considerando as características do objeto, o baixo risco de inadimplemento contratual e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, não será exigida garantia da contratação para participação ou execução do presente certame, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e contratuais cabíveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

#### **4. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato administrativo, conforme previsto na Solicitação da Demanda e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

O prazo de vigência tem por finalidade assegurar o acompanhamento da entrega dos veículos, a formalização do recebimento definitivo, a execução das obrigações contratuais, a aplicação das garantias previstas e a adoção das providências administrativas necessárias à plena execução do objeto.

Por se tratar de aquisição de bens com fornecimento em entrega única, a execução do objeto ocorrerá dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência, permanecendo a vigência contratual pelo período necessário ao cumprimento integral das obrigações das partes.

A vigência contratual poderá ser prorrogada somente nas hipóteses legalmente previstas, mediante justificativa formal e observância dos requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Durante toda a vigência do contrato, permanecerão válidas as obrigações relativas à garantia do produto, assistência técnica, substituição de peças defeituosas e demais responsabilidades assumidas pela contratada, conforme condições estabelecidas no edital, Termo de Referência e contrato administrativo.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

#### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

##### 5.1. Condições de entrega

**5.1.2.** A entrega dos veículos deverá ocorrer de forma integral, em remessa única, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Os veículos deverão ser entregues novos, zero quilômetro, devidamente montados, em perfeitas condições de uso e funcionamento, acompanhados de todos os acessórios, equipamentos obrigatórios, manuais, certificados, documentos de garantia e demais itens exigidos pela legislação vigente.

A entrega deverá ser realizada junto à Secretaria Municipal de Saúde de Porecatu/PR, localizada na Rua Iguaçu, nº 1.337, Porecatu/PR, mediante agendamento prévio com o setor responsável, no horário das 08h às 11h e das 13h às 17h.

Os veículos deverão ser entregues com primeiro emplacamento em nome do Município de Porecatu/PR, devidamente licenciados, identificados com as logomarcas e adesivos institucionais definidos pela Administração, bem como abastecidos em quantidade suficiente para os procedimentos de conferência e recebimento.

No ato da entrega será realizada inspeção e conferência técnica pela equipe designada pela Administração, visando verificar o atendimento integral das especificações técnicas exigidas, podendo ser recusados os veículos que apresentarem defeitos, avarias, divergências de configuração ou qualquer desconformidade com as condições estabelecidas no edital, Termo de Referência e proposta vencedora.

O recebimento provisório ocorrerá mediante conferência física e documental dos veículos. O recebimento definitivo será formalizado após a verificação do pleno atendimento das especificações contratadas e do perfeito funcionamento dos equipamentos e sistemas embarcados.

As despesas com transporte, frete, seguro, carregamento, descarregamento, tributos, emplacamento, licenciamento, identificação visual e quaisquer outros custos necessários à perfeita entrega dos veículos correrão exclusivamente por conta da contratada.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

Caso sejam constatadas irregularidades ou inconformidades, a contratada deverá promover a correção ou substituição dos veículos, sem ônus para a Administração, no prazo estabelecido pela fiscalização do contrato.

#### **5.2. Da forma de garantia, condições de manutenção e assistência técnica:**

**5.2.1.** A contratada deverá fornecer os veículos com garantia mínima de 02 (dois) anos para o chassi e a carroceria, observadas as condições estabelecidas pelo fabricante e sem prejuízo da garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor.

Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela correção de defeitos de fabricação, falhas de montagem, vícios de qualidade, defeitos de materiais e quaisquer problemas que comprometam o funcionamento, a segurança ou o desempenho dos veículos, sem qualquer ônus para a Administração Municipal.

A garantia deverá abranger, no mínimo:

- chassi;
- carroceria;
- sistema de transmissão;
- sistema de freios;
- sistema elétrico e eletrônico;
- sistema de climatização (ar-condicionado);
- dispositivos de acessibilidade;
- componentes estruturais;
- demais equipamentos e acessórios originais de fábrica.

A contratada deverá assegurar a disponibilidade de assistência técnica autorizada da marca ofertada, dispondo de estrutura física adequada, equipe técnica especializada e fornecimento regular de peças



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

de reposição, localizada em distância máxima de 100 (cem) quilômetros do Município de Porecatu/PR, conforme exigência constante das especificações técnicas do objeto.

Os serviços de manutenção corretiva cobertos pela garantia deverão ser executados sem custos para a Administração, incluindo mão de obra, peças, componentes, materiais e demais insumos necessários ao restabelecimento das condições normais de funcionamento dos veículos.

Sempre que houver necessidade de intervenção técnica durante o período de garantia, a contratada deverá prestar atendimento em prazo compatível com a urgência da ocorrência, promovendo os reparos necessários com a maior brevidade possível, de modo a minimizar impactos na prestação dos serviços de transporte sanitário.

A contratada deverá disponibilizar canais de atendimento para abertura de chamados técnicos, acompanhamento das solicitações e suporte operacional, durante todo o período de vigência da garantia.

Caso sejam constatados defeitos recorrentes, vícios ocultos ou falhas que comprometam a segurança, a durabilidade ou a funcionalidade dos veículos, a Administração poderá exigir a substituição dos componentes defeituosos ou a adoção das medidas corretivas necessárias, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

A garantia contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada e do fabricante quanto aos vícios de qualidade ou defeitos que venham a ser identificados após o recebimento definitivo dos veículos, observados os prazos e condições previstos na legislação aplicável.

### **6. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**6.1.** Considerando que o objeto consiste na aquisição de 02 (dois) ônibus rodoviários novos, a medição ocorrerá por unidade efetivamente entregue e aceita pela Administração, observadas as especificações técnicas previstas no Termo de Referência, na proposta da contratada e no contrato administrativo.

A aferição da execução contratual será realizada mediante verificação quantitativa e qualitativa dos



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

veículos fornecidos, abrangendo a conferência das características técnicas, documentação obrigatória, equipamentos, acessórios, condições de funcionamento, garantia e demais requisitos exigidos para o recebimento do objeto.

O recebimento provisório será efetuado por servidor ou comissão designada, mediante conferência física e documental dos veículos entregues.

O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação do pleno atendimento das especificações contratuais e da inexistência de pendências ou irregularidades, mediante emissão do respectivo termo de recebimento definitivo.

**6.2.** O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo dos veículos e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, quando exigível.

O valor devido corresponderá ao quantitativo efetivamente recebido e aceito pela Administração, conforme os preços adjudicados e contratados.

O pagamento será efetuado por meio de depósito ou transferência bancária em conta de titularidade da contratada, no prazo previsto pela Administração Municipal, atualmente até o dia 12 (doze) do mês subsequente ao da emissão da Nota Fiscal, desde que cumpridas todas as condições contratuais e não haja impedimento administrativo ou legal para sua realização.

Na hipótese de serem constatadas inconsistências, erros ou irregularidades na documentação apresentada ou no objeto fornecido, o prazo para pagamento ficará suspenso até a completa regularização da situação, sem ônus para a Administração.

Eventuais atrasos de pagamento, quando exclusivamente atribuíveis à Administração e observadas as condições legais aplicáveis, poderão ensejar a atualização financeira dos valores devidos, nos termos da legislação vigente e das cláusulas contratuais.

Não será efetuado pagamento antecipado, total ou parcial, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas pela legislação aplicável e devidamente justificadas pela Administração.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

#### **7. DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO/GESTÃO DO CONTRATO**

**7.1.** Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, no caso a servidora Daniele Tomazini Donato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**7.2.** Para a efetividade e eficiência da execução contratual, o contratado deverá apresentar preposto devidamente qualificado e manter atualizado o seu contato eletrônico, sendo que a comunicação entre a equipe de fiscalização e o preposto se dará principalmente por via de e-mail informados no contrato, sendo de responsabilidade da contratada manter o endereço eletrônico atualizado.

**7.3.** Havendo ações específicas ao objeto necessárias à fiscalização do contrato, estas constarão do item “Do Gerenciamento de Riscos” no relatório do ETP, se for o caso, e na minuta do contrato.

#### **8. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**8.1.** A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento de menor preço por item, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Poderão participar do certame as empresas legalmente constituídas e que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto da contratação, desde que atendam integralmente às exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e de qualificação técnica previstas no edital.

A proposta vencedora deverá apresentar preço compatível com os valores estimados pela Administração e demonstrar o atendimento integral das especificações técnicas exigidas para os veículos.

Para fins de habilitação, poderão ser exigidos, entre outros documentos:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

- ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor;
- comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- certidões de regularidade fiscal perante os entes federal, estadual e municipal;
- certidões de regularidade junto ao FGTS e à Justiça do Trabalho;
- declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- documentos de qualificação econômico-financeira previstos no edital;
- atestado(s) de capacidade técnica compatível(is) com o objeto licitado;
- declaração do fabricante autorizando a comercialização, garantia e assistência técnica da marca ofertada no Estado do Paraná, quando aplicável.

A Administração realizará a análise da exequibilidade das propostas apresentadas e poderá promover diligências para esclarecimento ou complementação de informações, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Será considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta de menor preço por item, desde que atenda integralmente às especificações técnicas do objeto e cumpra todos os requisitos de habilitação estabelecidos no edital.

A seleção do fornecedor observará os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade, eficiência, transparência e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

### **8.2. Das Exigências de Habilitação**

Para participação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar o atendimento dos requisitos de habilitação previstos nos artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante apresentação da documentação exigida no edital.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

#### **8.2.1. Habilitação Jurídica**

A habilitação jurídica será comprovada mediante apresentação dos documentos pertinentes à natureza jurídica da licitante, incluindo:

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- Documentos de eleição dos administradores, quando aplicável;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira autorizada a funcionar no País.

#### **8.2.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

A licitante deverá comprovar regularidade perante os órgãos competentes mediante apresentação de:

- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Federal;
- Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### **8.2.3. Qualificação Econômico-Financeira**

Para comprovação da capacidade econômico-financeira, poderá ser exigida:





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

- Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- Demais documentos previstos no edital, quando necessários à adequada avaliação da capacidade financeira da licitante.

#### **8.2.4. Qualificação Técnica**

Considerando as características do objeto, a licitante deverá apresentar:

- Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento de veículo compatível com o objeto licitado;
- Declaração do fabricante informando que a empresa está autorizada a comercializar os veículos ofertados, prestar garantia e assistência técnica no Estado do Paraná;
- Quando a licitante não for fabricante, comprovação de que dispõe de assistência técnica autorizada da marca ofertada, com estrutura própria ou credenciada, localizada em distância máxima de 100 (cem) quilômetros do Município de Porecatu/PR;
- Catálogo, ficha técnica ou documento equivalente que comprove o atendimento das especificações mínimas exigidas no Termo de Referência.

#### **8.2.5. Declarações**

A licitante deverá apresentar as declarações exigidas pela legislação e pelo edital, especialmente aquelas relativas:

- ao pleno conhecimento e aceitação das condições do certame;
- à inexistência de fatos impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- ao cumprimento das exigências de reserva de cargos, quando aplicável;
- ao cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho;
- à veracidade das informações prestadas.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

A documentação de habilitação será analisada pela Administração de acordo com os critérios estabelecidos no edital e na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo considerada habilitada a licitante que comprovar o atendimento integral de todas as exigências previstas para a contratação.

### 9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total estimado da contratação é **R\$ 1.405.000,00 (um milhão, quatrocentos e cinco mil reais)**, conforme valor unitário referencial discriminado no item 1.2 deste instrumento, que foi apurado em pesquisa de mercado.

### 10. DO REAJUSTE

Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência inicial do contrato, em razão de o objeto consistir no fornecimento de bens com entrega única e prazo de execução inferior a 12 (doze) meses, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Caso, excepcionalmente, a vigência contratual ultrapasse 12 (doze) meses por motivos devidamente justificados e autorizados pela Administração, poderá ser concedido reajuste dos preços contratados, mediante solicitação da contratada e observadas as disposições legais aplicáveis.

Nessa hipótese, o reajuste será calculado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, tendo como marco inicial a data do orçamento estimado da contratação.

O reajuste somente será devido após o transcurso do período mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base vinculada ao orçamento estimado da licitação, vedada a aplicação de reajustes com efeitos retroativos em desacordo com a legislação vigente.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

A concessão do reajuste dependerá de requerimento formal da contratada, acompanhado da demonstração do atendimento dos requisitos legais, cabendo à Administração analisar a pertinência e efetuar os cálculos correspondentes.

Por se tratar de aquisição de bens com fornecimento integral e entrega única, não se aplica o instituto da repactuação de preços, reservado aos contratos de prestação de serviços contínuos com dedicação predominante de mão de obra.

#### **11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O licitante ou a contratada será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas em lei:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

Pela prática das infrações administrativas poderão ser aplicadas, observados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses de infrações de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

A multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com outras sanções, conforme previsão editalícia e contratual, observada a proporcionalidade da infração cometida.

O impedimento de licitar e contratar será aplicado nas hipóteses previstas no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nas situações de maior gravidade previstas em lei, pelo prazo de 03 (três) a 06 (seis) anos.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos causados à Administração;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

- a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável.

As penalidades serão registradas nos cadastros oficiais competentes, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração Pública em decorrência da conduta da contratada.

### 12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

**Órgão:** 11 - Secretaria de Saúde

**Unidade Orçamentária:** 01 – Fundo Municipal de Saúde

**Função:** 103010023 - Saúde

**Proj./ Ativ./ Ope. Esp.:** 1.007 – Aquisição de Veículos para a Secretaria Municipal de Saúde

**Natureza da Despesa:** 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

**Fonte de Recurso:** 3400 – Saúde – Convênio Estadual C/C 220

**Desdobramento:** 4.4.90.52.40.00 – 1880 Desdobramento da Despesa

**Despesa Principal:** 4.4.90.52 – 1876

**Fonte de Recurso:** 303 Saúde Receitas Vinculadas (EC 29/00-

**Desdobramento:** 4.4.90.52.40.00 – 1881 Desdobramento da Despesa

**Despesa Principal:** 4.4.90.52 – 1100



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU**  
**Estado do Paraná**

Porecatu-PR, 02 de junho de 2026.

Elaborado e Aprovado por:

---

**ARILDA BATISTA DE ARAÚJO**  
**Secretaria de Saúde**



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

## Estado do Paraná

Apêndice do Anexo I

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

1. Trata-se de Estudo Técnico Preliminar para a primeira etapa do planejamento da contratação visando auxiliar na elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico.

### **2. INFORMAÇÕES DO PROCESSO**

Unidade (s) Demandante (s):	SECRETARIA DE SAÚDE
Responsável pela Demanda:	ARILDA BATISTA DE ARAÚJO
Objeto:	AQUISIÇÃO DE DOIS ÔNIBUS 39 LUGARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

### **3. DO RELATÓRIO**

#### **3.1. Da Legislação aplicável:**

3.1.1. Lei nº 14.133, de 2021 e legislação correlata.

3.1.2. Decreto Municipal nº 09, de 30 de janeiro de 2024, regulamenta as disposições da Lei federal nº 14.133/21 no Município de Porecatu/PR.

3.1.3. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

3.1.4. LC 123/06.

3.1.5. Decreto Municipal nº 016/2024 – regulamenta o pregão no âmbito municipal.

3.1.6. Lei Complementar nº 13/2023 - atribuições dos cargos dos servidores do município de PORECATU.

3.1.7. Decreto nº 053/2025 – dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

#### **3.2. Das contratações anteriores:**

O presente objeto não foi adquirido nos dois últimos exercícios pela secretaria demandante, não constando em nossos arquivos contratação anterior para subsidiar no planejamento.

#### **3.3. Da forma de contratação:**

A contratação deverá ocorrer preferencialmente mediante Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 016/2024.

#### **3.4. Do acesso ao orçamento estimado da contratação:**

Na presente análise o orçamento e documentos que o instruem constam dos autos e deverão ser disponibilizados anexos ao TR ou PB, não sendo o caso de orçamento sigiloso.

#### **3.5. Da utilização do catálogo de padronização**

O objeto em estudo não está contido no catálogo de padronização em razão do instrumento encontrar-se em processo de formalização pelo município.

#### **3.6. Da necessidade de consolidação da demanda para as demais unidades gestoras e/ou Intenção de Registro de Preços-IRP:**

A demanda compreendida atenderá apenas a unidade gestora requisitante e a contratação não requer consolidação.

#### **3.7. Da aplicação do tratamento diferenciado da LC 123/2006:**

Nos termos dos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser observado, sempre que possível, o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado destinado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

Entretanto, considerando a natureza do objeto pretendido, consistente na aquisição de 02 (dois) ônibus rodoviários zero quilômetro, com elevado grau de especificidade técnica, alto valor agregado





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

e mercado restrito de fabricantes e concessionárias autorizadas, verifica-se a inviabilidade da aplicação dos benefícios de exclusividade previstos na legislação mencionada.

A adoção de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte poderia comprometer a competitividade do certame, restringir a ampla concorrência e prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Além disso, o objeto demanda estrutura técnica especializada, assistência técnica autorizada, garantia de fábrica e capacidade operacional compatível com a execução contratual, circunstâncias que limitam naturalmente o universo de fornecedores aptos ao atendimento integral da contratação.

Dessa forma, com fundamento no art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, não será aplicada a exclusividade prevista para ME/EPP, permanecendo assegurados os demais benefícios legais eventualmente cabíveis, desde que atendidos os requisitos legais e regulamentares pertinentes.

A medida visa assegurar a ampla competitividade, a seleção da proposta mais vantajosa e a efetiva satisfação do interesse público, em conformidade com os princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

### **3.8. Da participação ou vedação de empresas em consórcio:**

3.8.1. A participação de empresas reunidas em consórcio não será admitida no presente procedimento licitatório.

A vedação à participação em consórcio justifica-se em razão das características do objeto, que consiste na aquisição de bens comuns, com fornecimento integral e especificações técnicas usuais de mercado, não apresentando elevada complexidade técnica ou operacional que demande a união de empresas para sua execução.

Além disso, o mercado nacional possui número suficiente de fabricantes, concessionárias e empresas especializadas aptas a fornecer o objeto individualmente, garantindo a ampla competitividade do certame sem necessidade de formação de consórcio.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

A admissão de consórcios, no presente caso, poderia dificultar a fiscalização contratual, a definição de responsabilidades e a execução das garantias técnicas e operacionais exigidas pela Administração.

Dessa forma, considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação, a viabilidade de execução individual por empresas do ramo e o interesse público envolvido, conclui-se que a vedação à participação de consórcios mostra-se medida adequada e suficiente para assegurar a competitividade, a eficiência administrativa e a execução satisfatória do contrato.

A decisão encontra respaldo no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, cabendo à Administração, de forma motivada, admitir ou vedar a participação de empresas em consórcio conforme as peculiaridades do objeto licitado.

#### **4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE/JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de 02 (dois) ônibus rodoviários zero quilômetro, com capacidade mínima de 39 lugares, destinados ao transporte sanitário da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Porecatu/PR.

A necessidade da contratação decorre do aumento contínuo da demanda por transporte de pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) para realização de consultas especializadas, exames, tratamentos contínuos, procedimentos cirúrgicos e demais atendimentos médicos em municípios de referência da região e centros especializados.

O Município realiza diariamente o deslocamento de pacientes para atendimento em outras localidades, sendo imprescindível a disponibilização de veículos adequados, seguros, confortáveis e compatíveis com as exigências técnicas e legais vigentes.

A atual frota municipal apresenta desgaste natural decorrente do uso contínuo, elevando custos de manutenção corretiva e preventiva, além de comprometer a eficiência operacional do serviço público



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

de saúde, podendo ocasionar interrupções, atrasos e desconforto aos usuários do sistema público de saúde.

A aquisição dos veículos proporcionará:

- melhoria na qualidade do transporte sanitário eletivo;
- maior segurança aos pacientes e motoristas;
- ampliação da capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Saúde;
- redução de custos com manutenção de veículos antigos;
- diminuição do risco de paralisações operacionais;
- maior conforto em deslocamentos de longa distância;
- atendimento às normas de acessibilidade e segurança;
- fortalecimento da rede municipal de saúde.

Os veículos deverão atender às especificações técnicas necessárias ao transporte coletivo de passageiros, incluindo acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, sistema de climatização, dispositivos de segurança, poltronas adequadas, além de conformidade com normas ambientais vigentes, especialmente padrão PROCONVE P8 EURO VI.

A contratação também se justifica em razão dos recursos disponibilizados por meio das Resoluções nº 24.317.449-0 e nº 24.405.396-3, destinadas ao fortalecimento da estrutura de transporte sanitário municipal.

Dessa forma, a aquisição pretendida mostra-se necessária, adequada e indispensável para assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos de saúde prestados à população do Município de Porecatu/PR, atendendo ao interesse público e aos princípios da Administração Pública previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

#### 5. DO ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

O Município encontra-se em fase de implementação do Plano de Contratações Anual (PCA), razão pela qual o objeto ainda não foi formalmente inserido no referido instrumento, sem prejuízo do alinhamento da contratação com o planejamento orçamentário e administrativo municipal.

#### 6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### 6.1. Especificações Técnicas e Mecânicas do Veículo

- Tipo e Estrutura: Veículo tipo Ônibus Rodoviário para o transporte de passageiros, de fabricação nacional, com carroceria e chassi integrados.
- Ano e Emissões: Ano/Modelo de no mínimo 2025/2026, atendendo ao padrão Proconve P8 EURO VI.
- Motorização: Motor com potência mínima de 175 CV e sistema de injeção eletrônica.
- Combustível e Reativos: Abastecimento a Diesel S-10, com tanque de capacidade mínima de 150 litros e reservatório obrigatório para ureia líquida (Arla 32).
- Transmissão: Câmbio com mínimo de 07 marchas, sendo 06 (seis) à frente e 01 (uma) à ré, com a alavanca de câmbio posicionada no painel.
- Dimensões e Peso: Comprimento total de no mínimo 10.000 mm, entre-eixos de no mínimo 5.500 mm e Peso Bruto Total (PBT) de no mínimo 10.000 Kg.
- Suspensão e Rodagem: Suspensão dianteira e traseira interligadas por molas; rodado duplo no eixo traseiro; rodas e pneus (incluindo o estepe) com medidas mínimas de 235/75R 17,5 e rodas 6,75x17,5.
- Sistema Elétrico e Tecnologia: Sistema elétrico de no mínimo 24 volts composto por duas baterias, computador de bordo e itinerário eletrônico.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

#### 6.2. Itens de Conforto e Habitabilidade

- Capacidade: Mínima de 39 lugares, já incluso o assento do motorista.
- Poltronas dos Passageiros: Tipo *soft* executivas reclináveis, com assento e encosto individual, revestimento em tecido, descansa-braço central e nas laterais, descansa-pés, porta-copos e largura mínima de 940 mm.
- Conectividade: Saídas USB individuais para todas as poltronas.
- Climatização: Ar-condicionado de teto com potência mínima de 85.000 BTUs, com dutos e saídas de ar individuais no porta-pacotes para cada passageiro.
- Isolamento e Acabamento: Parede de separação total entre o posto do motorista e o salão de passageiros; janelas com vidros colados ou móveis, equipadas com cortinas em todo o salão; corredor central com piso antiderrapante revestido em madeira naval; e iluminação interna totalmente em LED.
- Porta de Acesso: Porta pantográfica com acionamento a ar comandado tanto interna quanto externamente.

#### 6.3. Requisitos de Segurança e Acessibilidade

- Acessibilidade: Equipado obrigatoriamente com dispositivo de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, em estrita conformidade com a legislação vigente.
- Frenagem: Freios ABS com acionamento a ar.
- Cintos de Segurança: Cinto de segurança de três pontos para a poltrona hidráulica do motorista e cintos abdominais retráteis para todas as poltronas dos passageiros.
- Sinalização e Visibilidade: Direção hidráulica ou elétrica; conjunto óptico de faróis e faróis de neblina.
- Saídas de Emergência: Um alçapão com saída de emergência no teto e saídas de emergência integradas junto às janelas.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

- Equipamentos Obrigatórios: Bagageiro traseiro e kit de ferramentas contendo macaco, chave de roda (estepe) e triângulo de sinalização.

#### 6.4. Requisitos Comerciais, Legais e de Garantia

- Emplacamento: O primeiro emplacamento do veículo deverá ser realizado obrigatoriamente em nome da Prefeitura Municipal de Porecatu - PR.
- Identificação Visual: O veículo deve ser entregue totalmente identificado com as logomarcas padrão do Município e demais inscrições solicitadas pela secretaria.
- Garantia: Garantia contratual e assistência técnica mínima de 02 (dois) anos para o chassi e para a carroceria, conforme os manuais do proprietário.
- Habilitação Técnica do Licitante:
  - Apresentar atestado de capacidade técnica.
  - Apresentar declaração emitida pelo fabricante comprovando que a empresa proponente é autorizada a comercializar o produto, prestar a garantia e a assistência técnica dentro do Estado do Paraná.
- Logística de Manutenção Próxima: A proponente que não se enquadrar na condição de fabricante original deverá comprovar que dispõe de uma estrutura de assistência técnica autorizada da marca ofertada (com instalações próprias e equipe técnica especializada) a uma distância máxima de 100 km do município de Porecatu-PR, assegurando a economicidade e a celeridade nos serviços de revisões periódicas e manutenções.

#### 6.5. Prazos de Entrega

- O fornecedor terá o prazo de até 60 dias, contados a partir da assinatura do contrato ou da respectiva emissão da Nota de Empenho/Ordem de Serviço, para efetuar a entrega definitiva do objeto.

#### 6.6. Local e Horário de Recebimento



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

- Local: Os veículos deverão ser entregues diretamente na sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Iguaçu, nº 1.337 – Porecatu – PR.
- Horário: O recebimento ocorrerá exclusivamente nos dias úteis, nos períodos das 08h às 11h e das 13h às 17h.
- Agendamento: A entrega física dos bens fica condicionada ao prévio agendamento junto ao setor responsável da pasta demandante.

#### 6.7. Condições de Regularização e Apresentação do Bem

- Emplacamento Inicial: Constitui obrigação do fornecedor entregar o veículo com o primeiro emplacamento já realizado em nome da Prefeitura Municipal de Porecatu - PR.
- Identificação Visual: Os ônibus deverão ser entregues totalmente configurados e customizados com a identificação visual padrão, contendo as logomarcas oficiais do Município e demais inscrições institucionais que forem solicitadas pela Secretaria de Saúde.
- Acessórios de Bordo: No ato da entrega, os veículos deverão estar equipados com todos os componentes obrigatórios e ferramentas de rodagem, compreendendo: macaco, triângulo de sinalização e roda de estepe (em medidas mínimas de 235/75R 17,5 e rodas 6,75x17,5).

#### 6.8. Recebimento e Fiscalização

O recebimento dos bens ficará a cargo da Fiscal de Contrato designada, Daniele T. Donato (Portaria nº 205/2025), conjuntamente com a Gestora do Contrato, Arilda Batista de Araújo, as quais realizarão a conferência de todos os itens e exigências técnicas detalhadas no edital para a lavratura do termo de recebimento definitivo.

#### 6.9. Prazo de vigência da contratação: 12 (doze) meses.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU**  
**Estado do Paraná**

**7. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E DA ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PARA A CONTRATAÇÃO**

7.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de dois ônibus, com as especificações técnicas detalhadas a seguir, conforme demanda apresentada pelo setor competente, visando atender às necessidades da Secretaria de Saúde.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD
1	<ul style="list-style-type: none"><li>- Veículo tipo Ônibus Rodoviário para o transporte de passageiros;</li><li>- Fabricação Nacional com carroceria e chassi integrados;</li><li>- Primeiro emplacamento em nome da prefeitura de Porecatu-PR</li><li>- Ano/Modelo de no mínimo 2025/2026, Proconve P8 EURO VI;</li><li>- Ar Condicionado de teto de no mínimo de 85.000btu's;</li><li>- Dispositivo de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida conforme legislação vigente;</li><li>- Parede total de separação;</li><li>- Alavanca de câmbio no painel;</li><li>- Capacidade mínima de 39 lugares, incluso o motorista;</li><li>- Poltronas soft executivas reclináveis com assento e encosto individual par cada passageiro;</li><li>- Revestimento das poltronas em tecido;</li><li>- Descansa braço central e nas laterais;</li><li>- Descansa pés nas poltronas;</li><li>- Largura das poltronas de no mínimo 940mm;</li><li>- Usb para todas as poltronas;</li><li>- Porta copos nas poltronas;</li><li>- Cinto de segurança abdominal retrátil para todas as poltronas e de três pontos para o motorista;</li><li>- Poltrona hidráulica para o motorista;</li><li>- Porta pacotes em todo o salão com iluminação e ar condicionado para cada passageiro;</li><li>- Janelas com vidros colados ou móveis;</li><li>- Cortinas em todas as janelas do salão;</li><li>- Direção hidráulica ou elétrica;</li><li>- Injeção Eletrônica;</li><li>- Iluminação interna com LED's</li><li>- Corredor central com piso antiderrapante, revestido em madeira naval;</li><li>- Motor com potência mínima de 175 CV;</li><li>- Computador de Bordo;</li><li>- Freios ABS com acionamento a ar;</li></ul>	und	1





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU**  
**Estado do Paraná**

	<ul style="list-style-type: none"><li>- Sistema elétrico de no mínimo 24 volts composto por duas baterias;</li><li>- Porta pantográfica com acionamento a ar interno e externo;</li><li>- Combustível diesel S-10 com tanque de capacidade mínima de 150 litros.</li><li>- Tanque com reservatório de ureia líquida Arla 32 (Obrigatório);</li><li>- Conjunto óptico de faróis;</li><li>- Itinerário eletrônico;</li><li>- Farol de neblina;</li><li>- Bagageiro traseiro;</li><li>- Cambio com mínimo de 07 marchas, sendo 06 (seis) à frente e 01 (uma) à Ré;</li><li>- Rodado duplo no eixo traseiro;</li><li>- Comprimento de no mínimo de 10.000mm;</li><li>- Entre eixos de no mínimo de 5.500mm;</li><li>- PBT (Peso bruto total) de no mínimo 10.000Kg;</li><li>- Suspensão dianteira: Interligada por molas;</li><li>- Suspensão traseira: Interligada por molas;</li><li>- Um alçapão com saída de emergência;</li><li>- Saídas de emergência junto as janelas;</li><li>- Pneus medidas mínimas de 235/75R 17,5 e rodas 6,75x17,5;</li><li>- Estepe e rodas medidas mínimas de 235/75R 17,5 e rodas 6,75x17,5;</li><li>- Ferramentas: macaco, estepe e triângulo de sinalização;</li><li>- Garantia e assistência técnica do chassi e da carroceria de no mínimo 02 anos, conforme manual do proprietário;</li><li>- Apresentar declaração do Fabricante que a Proponente é autorizada a comercializar o produto, prestar garantia e assistência técnica no estado do Paraná;</li><li>- Atestado de capacidade técnica;</li><li>- Identificado visualmente com as logomarcas padrão do Município e demais solicitadas;</li><li>- A proponente que não se enquadra como fabricante, deverá comprovar que dispõe de assistência técnica autorizada da marca ofertada, contendo estrutura própria e equipe técnica especializada, a uma distância de 100 km do município de Porecatu-PR, para fins de economicidade e celeridade, quando da sua manutenção e revisões periódicas.</li></ul>		
2	<ul style="list-style-type: none"><li>- Veículo tipo Ônibus Rodoviário para o transporte de passageiros;</li><li>- Fabricação Nacional com carroceria e chassi integrados;</li><li>- Primeiro emplacamento em nome da prefeitura de Porecatu-PR</li><li>- Ano/Modelo de no mínimo 2025/2026, Proconve P8 EURO VI;</li><li>- Ar Condicionado de teto de no mínimo de 85.000btu's;</li><li>- Dispositivo de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida conforme legislação vigente;</li><li>- Parede total de separação;</li><li>- Alavanca de câmbio no painel;</li></ul>	und	1



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

<ul style="list-style-type: none"><li>- Capacidade mínima de 39 lugares, incluso o motorista;</li><li>- Poltronas soft executivas reclináveis com assento e encosto individual par cada passageiro;</li><li>- Revestimento das poltronas em tecido;</li><li>- Descansa braço central e nas laterais;</li><li>- Descansa pés nas poltronas;</li><li>- Largura das poltronas de no mínimo 940mm;</li><li>- Usb para todas as poltronas;</li><li>- Porta copos nas poltronas;</li><li>- Cinto de segurança abdominal retrátil para todas as poltronas e de três pontos para o motorista;</li><li>- Poltrona hidráulica para o motorista;</li><li>- Porta pacotes em todo o salão com iluminação e ar condicionado para cada passageiro;</li><li>- Janelas com vidros colados ou móveis;</li><li>- Cortinas em todas as janelas do salão;</li><li>- Direção hidráulica ou elétrica;</li><li>- Injeção Eletrônica;</li><li>- Iluminação interna com LED's</li><li>- Corredor central com piso antiderrapante, revestido em madeira naval;</li><li>- Motor com potência mínima de 175 CV;</li><li>- Computador de Bordo;</li><li>- Freios ABS com acionamento a ar;</li><li>- Sistema elétrico de no mínimo 24 volts composto por duas baterias;</li><li>- Porta pantográfica com acionamento a ar interno e externo;</li><li>- Combustível diesel S-10 com tanque de capacidade mínima de 150 litros.</li><li>- Tanque com reservatório de ureia líquida Arla 32 (Obrigatório);</li><li>- Conjunto óptico de faróis;</li><li>- Itinerário eletrônico;</li><li>- Farol de neblina;</li><li>- Bagageiro traseiro;</li><li>- Cambio com mínimo de 07 marchas, sendo 06 (seis) à frente e 01 (uma) à Ré;</li><li>- Rodado duplo no eixo traseiro;</li><li>- Comprimento de no mínimo de 10.000mm;</li><li>- Entre eixos de no mínimo de 5.500mm;</li><li>- PBT (Peso bruto total) de no mínimo 10.000Kg;</li><li>- Suspensão dianteira: Interligada por molas;</li><li>- Suspensão traseira: Interligada por molas;</li><li>- Um alçapão com saída de emergência;</li><li>- Saídas de emergência junto as janelas;</li><li>- Pneus medidas mínimas de 235/75R 17,5 e rodas 6,75x17,5;</li></ul>		
--	--	--



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

<ul style="list-style-type: none"><li>- Estepe e rodas medidas mínimas de 235/75R 17,5 e rodas 6,75x17,5;</li><li>- Ferramentas: macaco, estepe e triângulo de sinalização;</li><li>- Garantia e assistência técnica do chassi e da carroceria de no mínimo 02 anos, conforme manual do proprietário;</li><li>- Apresentar declaração do Fabricante que a Proponente é autorizada a comercializar o produto, prestar garantia e assistência técnica no estado do Paraná;</li><li>- Atestado de capacidade técnica;</li><li>- Identificado visualmente com as logomarcas padrão do Município e demais solicitadas;</li><li>- A proponente que não se enquadra como fabricante, deverá comprovar que dispõe de assistência técnica autorizada da marca ofertada, contendo estrutura própria e equipe técnica especializada, a uma distância de 100 km do município de Porecatu-PR, para fins de economicidade e celeridade, quando da sua manutenção e revisões periódicas.</li></ul>		
---	--	--

#### 8. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

##### 8.1. Do Levantamento de Mercado

A Administração Municipal, por meio de servidor responsável, realizou pesquisa de mercado no período de 13/03/2026 a 17/03/2026 para identificar as condições comerciais praticadas para o objeto pretendido. O levantamento utilizou parâmetros combinados, consultando empresas que atuam habitualmente no ramo e bases públicas de contratações correlatas:

- Fornecedores Consultados: RODO SERVICE LTDA (CNPJ: 00.688.075/0004-50) e LF SISTEMAS LTDA (CNPJ: 46.777.506/0001-02).
- Bancos de Preços / Órgãos Públicos: Dados de contratações do Município de Guaraci (CNPJ: 75.845.537/0001-51) e da Prefeitura de Mandaguaçu (CNPJ: 76.285.329/0001-08).

A análise e o saneamento dos preços seguiram estritamente o artigo 27 e o artigo 28 do Decreto Municipal nº 009/2024, que regulamenta as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito local:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

- Tratamento de Valores Discrepantes: Foram identificados e devidamente desprezados os valores considerados excessivos por estarem mais de 30% acima da média obtida nos parâmetros de mercado.
- Metodologia de Cálculo: Adotou-se o método da Média dos Preços Saneados, uma vez que a variação percentual comparativa entre a média e a mediana situou-se dentro do limite regulamentar de até 25%.
- Preço de Referência: A solução resultou em um valor médio de R\$ 702.500,00 por veículo, totalizando R\$ 1.405.000,00 para a aquisição integral das duas unidades solicitadas pelas Resoluções nº 24.317.449-0 e nº 24.405.396-3.

#### 8.2. Justificativa Técnica da Solução Escolhida

A configuração técnica definida para os ônibus atende com precisão às necessidades regulamentares, de segurança e de logística da Secretaria Municipal de Saúde:

- Dimensionamento Adequado: A escolha por veículos com capacidade mínima de 39 lugares otimiza o fluxo de transporte sanitário coletivo. Essa capacidade permite agrupar múltiplos pacientes que possuem agendamentos de consultas, exames e tratamentos na mesma região metropolitana ou em municípios polo de saúde, reduzindo o número de viagens necessárias.
- Sustentabilidade e Atualização Tecnológica: A exigência de motores com Proconve P8 EURO VI (Ano/Modelo mínimo 2025/2026) associados ao uso obrigatório de ureia líquida (Arla 32) garante alinhamento com a legislação ambiental brasileira vigente, proporcionando menor emissão de poluentes e maior eficiência energética.
- Humanização e Segurança no Transporte de Pacientes: Tratando-se de transporte de pessoas debilitadas ou em tratamento de saúde, requisitos como poltronas *soft* executivas reclináveis, ar-condicionado de teto de alta potência (85.000 BTUs), isolamento por parede de separação total e dispositivo de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida são



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

essenciais para evitar o agravamento clínico dos passageiros durante deslocamentos intermunicipais.

- **Garantia e Mitigação de Riscos Técnicos:** A fixação de garantia mínima de 02 anos para o chassi e para a carroceria resguarda o patrimônio público contra vícios de fabricação. Complementarmente, a exigência de assistência técnica autorizada em um raio máximo de 100 km de Porecatu-PR assegura que as manutenções e revisões obrigatórias ocorram com rapidez, sem desgastar a frota municipal por longos períodos.

#### 8.3. Justificativa Econômica

A opção pela aquisição centralizada de 02 (dois) ônibus rodoviários idênticos por meio de Pregão Eletrônico demonstra-se economicamente mais vantajosa que as demais alternativas possíveis devido aos seguintes fatores:

- **Ganho de Escala e Competitividade:** A aglutinação das demandas das Resoluções nº 24.317.449-0 e nº 24.405.396-3 em um único processo licitatório aumenta o poder de barganha da Administração, atraindo concessionárias e fabricantes e ampliando a disputa na fase de lances do Pregão Eletrônico.
- **Redução do Custo Unitário por Passageiro:** O transporte coletivo estruturado em ônibus apresenta um custo por quilômetro rodado por passageiro substancialmente menor se comparado à fragmentação do serviço em múltiplos veículos de menor porte, como vans ou automóveis leves, os quais demandariam mais motoristas, maior consumo acumulado de combustível (Diesel S-10) e manutenções pulverizadas.
- **Padronização da Frota:** Adquirir veículos com características mecânicas e carrocerias integradas idênticas reduz significativamente os custos futuros de manutenção preventiva e corretiva, facilitando a gestão de peças de reposição e otimizando os contratos de serviços de oficina.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

- Orçamento Não Sigiloso como Atrativo: Conforme deliberado no mapa de preços, a opção por não utilizar orçamento sigiloso confere total transparência ao certame, balizando o mercado e permitindo que os proponentes ofereçam propostas comerciais ainda mais agressivas e abaixo do preço de referência de R\$ 702.500,00.

### **8.4. Conclusão da Solução**

A convergência entre o amplo levantamento de mercado e as especificações técnicas estabelecidas, evidência que a aquisição dos veículos é a solução que melhor equilibra a modicidade de custos com o atendimento pleno do interesse público. Restam demonstradas a viabilidade e a alta vantajosidade técnica e econômica da contratação sugerida.

## **9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE**

9.1. Para a obtenção do valor previamente estimado em processo licitatório, utiliza-se dos parâmetros definidos em lei, conforme processo de formação de preços anexo.

9.2. A partir do quantitativo estudado em atendimento a unidade requisitante e os parâmetros obtidos através das pesquisas de preços realizadas no presente estudo, que intentaram o valor mais próximo possível do praticado no mercado, segue estimativa do valor da contratação conforme exposto na tabela abaixo, cujo valor informado foi cotado juntamente com o setor/servidor responsável pela formação de preços.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU**  
**Estado do Paraná**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	MÉDIA	VALOR TOTAL
1	<ul style="list-style-type: none"><li>- Veículo tipo Ônibus Rodoviário para o transporte de passageiros;</li><li>- Fabricação Nacional com carroceria e chassi integrados;</li><li>- Primeiro emplacamento em nome da prefeitura de Porecatu-PR</li><li>- Ano/Modelo de no mínimo 2025/2026, Proconve P8 EURO VI;</li><li>- Ar Condicionado de teto de no mínimo de 85.000btu's;</li><li>- Dispositivo de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida conforme legislação vigente;</li><li>- Parede total de separação;</li><li>- Alavanca de câmbio no painel;</li><li>- Capacidade mínima de 39 lugares, incluso o motorista;</li><li>- Poltronas soft executivas reclináveis com assento e encosto individual par cada passageiro;</li><li>- Revestimento das poltronas em tecido;</li><li>- Descansa braço central e nas laterais;</li><li>- Descansa pés nas poltronas;</li><li>- Largura das poltronas de no mínimo 940mm;</li><li>- Usb para todas as poltronas;</li><li>- Porta copos nas poltronas;</li><li>- Cinto de segurança abdominal retrátil para todas as poltronas e de três pontos para o motorista;</li><li>- Poltrona hidráulica para o motorista;</li><li>- Porta pacotes em todo o salão com iluminação e ar condicionado para cada passageiro;</li><li>- Janelas com vidros colados ou móveis;</li><li>- Cortinas em todas as janelas do salão;</li><li>- Direção hidráulica ou elétrica;</li><li>- Injeção Eletrônica;</li><li>- Iluminação interna com LED's</li><li>- Corredor central com piso antiderrapante, revestido em madeira naval;</li><li>- Motor com potência mínima de 175 CV;</li></ul>	und	2	<b>R\$ 702.500,00</b>	<b>R\$ 1.405.000,00</b>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU  
Estado do Paraná

<ul style="list-style-type: none"><li>- Computador de Bordo;</li><li>- Freios ABS com acionamento a ar;</li><li>- Sistema elétrico de no mínimo 24 volts composto por duas baterias;</li><li>- Porta pantográfica com acionamento a ar interno e externo;</li><li>- Combustível diesel S-10 com tanque de capacidade mínima de 150 litros.</li><li>- Tanque com reservatório de ureia líquida Arla 32 (Obrigatório);</li><li>- Conjunto óptico de faróis;</li><li>- Itinerário eletrônico;</li><li>- Farol de neblina;</li><li>- Bagageiro traseiro;</li><li>- Cambio com mínimo de 07 marchas, sendo 06 (seis) à frente e 01 (uma) à Ré;</li><li>- Rodado duplo no eixo traseiro;</li><li>- Comprimento de no mínimo de 10.000mm;</li><li>- Entre eixos de no mínimo de 5.500mm;</li><li>- PBT (Peso bruto total) de no mínimo 10.000Kg;</li><li>- Suspensão dianteira: Interligada por molas;</li><li>- Suspensão traseira: Interligada por molas;</li><li>- Um alçapão com saída de emergência;</li><li>- Saídas de emergência junto as janelas;</li><li>- Pneus medidas mínimas de 235/75R 17,5 e rodas 6,75x17,5;</li><li>- Estepe e rodas medidas mínimas de 235/75R 17,5 e rodas 6,75x17,5;</li><li>- Ferramentas: macaco, estepe e triângulo de sinalização;</li><li>- Garantia e assistência técnica do chassi e da carroceria de no mínimo 02 anos, conforme manual do proprietário;</li><li>- Apresentar declaração do Fabricante que a Proponente é autorizada a comercializar o produto, prestar garantia e assistência técnica no estado do Paraná;</li><li>- Atestado de capacidade técnica;</li><li>- Identificado visualmente com as logomarcas padrão do Município e demais solicitadas;</li></ul>				
--	--	--	--	--





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU**  
**Estado do Paraná**

	- A proponente que não se enquadra como fabricante, deverá comprovar que dispõe de assistência técnica autorizada da marca ofertada, contendo estrutura própria e equipe técnica especializada, a uma distância de 100 km do município de Porecatu-PR, para fins de economicidade e celeridade, quando da sua manutenção e revisões periódicas.				
<b>TOTAL GERAL: R\$ 1.405.000,00</b>					

9.3. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 1.405.000,00 (um milhão, quatrocentos e cinco mil reais)**.

## **10. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

### **10.1. Das exigências com relação à manutenção, entrega e assistência técnica.**

#### **10.1.1. Requisitos de Entrega**

- Prazo Contratual: A entrega definitiva dos 02 (dois) ônibus deverá ocorrer em até 60 dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato ou do recebimento da respectiva Nota de Empenho/Ordem de Serviço.
- Local de Recebimento: Os veículos deverão ser entregues diretamente na sede da Secretaria de Saúde, situada na Rua Iguaçu, nº 1.337, Porecatu - PR.
- Horário de Atendimento: O recebimento dar-se-á exclusivamente nos dias úteis, nos períodos das 08h às 11h e das 13h às 17h, mediante prévio agendamento com o setor responsável.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

- Regularização Legal: O fornecedor entregará os veículos devidamente regularizados, com o primeiro emplacamento realizado obrigatoriamente em nome da Prefeitura Municipal de Porecatu - PR.
- Identificação e Customização: Os ônibus deverão estar totalmente caracterizados e identificados de forma visual com as logomarcas padrão do Município e demais inscrições oficiais exigidas pela pasta demandante.
- Acessórios Obrigatórios: Devem acompanhar o veículo, no ato da entrega, todas as ferramentas obrigatórias (macaco, triângulo de sinalização e chave de roda) e o respectivo estepe, todos em conformidade com as dimensões de rodagem exigidas (pneus e rodas com medidas mínimas de 235/75R 17,5 e rodas 6,75x17,5).

#### 10.1.2. Prazos e Condições de Garantia

- Garantia Integral: Fica estabelecida a garantia contratual mínima de 02 (dois) anos para o chassi e para a carroceria, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, seguindo as diretrizes dos manuais do proprietário e as normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor.
- Cobertura: A garantia deve cobrir eventuais defeitos de fabricação, falhas estruturais, de montagem ou de componentes mecânicos e elétricos, sem custos adicionais de peças ou mão de obra para a Administração Pública municipal durante o período vigente.

#### 10.1.3. Logística de Assistência Técnica e Manutenção

Para salvaguardar a celeridade e a economicidade nas rotinas de manutenção preventiva, revisões periódicas obrigatórias e reparos corretivos durante o período de garantia, foram fixadas condições restritivas de habilitação técnica:

- Declaração de Autorização do Fabricante: A empresa proponente deverá apresentar uma declaração formal emitida pelo fabricante dos veículos comprovando que está devidamente autorizada a comercializar o produto, prestar serviços de garantia e executar assistência técnica autorizada dentro do Estado do Paraná.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

- Limitação de Distância Geográfica: Caso a empresa participante da licitação não seja a própria fabricante do veículo, ela deverá comprovar formalmente que possui assistência técnica autorizada da marca ofertada, com estrutura física própria e corpo técnico especializado, localizada a uma distância máxima de 100 km do município de Porecatu - PR.
- Justificativa de Eficiência: Essa exigência de proximidade territorial visa mitigar a indisponibilidade prolongada da frota do transporte sanitário, minimizando os custos logísticos de deslocamento e agilizando o retorno do veículo à prestação dos serviços essenciais de saúde à população.

#### **11. DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

**11.1.** O artigo 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 determina que o parcelamento é o princípio geral a ser adotado nas contratações públicas, devendo ser aplicado sempre que o objeto for divisível. Essa medida visa a ampliar a competitividade do certame, evitar a concentração de mercado e garantir a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sem prejuízo da celeridade e da economia de escala.

No caso em tela, a demanda visa à aquisição de 02 (dois) ônibus rodoviários de 39 lugares. Embora as especificações técnicas sejam idênticas, a contratação decorre de duas fontes de incentivo e atos normativos completamente independentes: a Resolução nº 24.317.449-0 e a Resolução nº 24.405.396-3. Portanto, justifica-se a divisão da solução em 02 (dois) itens ou lotes autônomos (Item 1 e Item 2) no edital, com base nos seguintes fatores:

#### **11.2. Justificativas Técnicas, Econômicas e Orçamentárias para o Parcelamento**

- Autonomia Orçamentária e Contábil: Cada veículo está formalmente vinculado a uma dotação e resolução financeira própria (Resolução nº 24.317.449-0 para o veículo 1 e Resolução nº 24.405.396-3 para o veículo 2). O parcelamento em itens separados permite que a contabilidade do município realize o empenho, a liquidação e o pagamento de forma



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

segregada e transparente, facilitando a posterior prestação de contas aos respectivos órgãos fiscalizadores e fundos de saúde.

- **Ampliação da Competitividade no Mercado:** O mercado automotivo de ônibus rodoviários é composto por diferentes montadoras de chassi e encarroçadoras que operam com capacidades de produção, prazos de entrega e políticas de estoque variadas. Dividir a contratação em dois itens independentes permite que empresas que eventualmente possuam apenas uma unidade disponível em estoque para pronta entrega (ou que consigam atender ao prazo de montagem de um único veículo de forma mais agressiva) participem do certame. Isso evita que grandes distribuidoras monopolizem a disputa pelo lote global, fomentando a participação de um número maior de licitantes.
- **Mitigação do Risco de Inexecução Contratual:** Ao adjudicar o objeto em itens separados, a Administração diminui o risco de desabastecimento do transporte sanitário municipal. Caso uma única empresa ficasse responsável pelo fornecimento global e enfrentasse problemas financeiros, operacionais ou de atraso na linha de montagem, a entrega de ambos os ônibus ficaria comprometida. Com o parcelamento, mesmo que ocorra algum imprevisto com um dos itens, a execução do outro pode prosseguir normalmente, garantindo que pelo menos parte da frota seja renovada dentro do cronograma da Secretaria de Saúde.
- **Independência na Entrega e na Fiscalização:** O prazo máximo estabelecido para a entrega é de até 60 dias. O parcelamento em dois itens garante que o recebimento, a vistoria e o termo de conformidade lavrados pela fiscal Daniele T. Donato possam ser realizados de forma individualizada. Assim, a entrega bem-sucedida de um veículo não fica juridicamente travada ou dependente de eventuais atrasos ou inconformidades técnicas que possam ocorrer na fabricação ou documentação do segundo veículo.
- **Otimização de Preços por Item no Pregão Eletrônico:** A disputa por item permite que o pregoeiro obtenha lances mais baixos para cada unidade isoladamente. Fornecedores distintos podem oferecer propostas altamente vantajosas para o Item 1 ou para o Item 2 com base em sua logística de distribuição ou proximidade da assistência técnica (dentro do raio exigido de 100 km), gerando economia real em cada uma das frentes orçamentárias.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

Fica tecnicamente demonstrado e juridicamente fundamentado que o parcelamento do objeto em dois itens autônomos (Item 1 e Item 2) cumpre com rigor o mandamento legal da Lei nº 14.133/2021. A divisão preserva a perfeita separação contábil exigida pelas Resoluções estaduais/municipais de saúde, potencializa a ampla disputa na fase de lances e protege o Município de Porecatu-PR contra riscos associados à dependência de um único fornecedor integral.

#### **12. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

**12.1.** A contratação alinha-se ao princípio da eficiência previsto no artigo 37 da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 14.133/2021, buscando a otimização dos recursos disponíveis no Município de Porecatu-PR por meio dos seguintes resultados:

##### **12.1.1.** Em Termos de Economicidade

- **Redução do Custo por Passageiro:** O transporte coletivo sanitário realizado em veículos com capacidade mínima de 39 lugares apresenta um custo por quilômetro rodado por paciente substancialmente menor se comparado ao uso fragmentado de múltiplos veículos de menor porte (como vans ou carros leves), gerando economia direta no consumo acumulado de combustível Diesel S-10.
- **Ganho de Escala na Aquisição:** A unificação das demandas oriundas das Resoluções nº 24.317.449-0 e nº 24.405.396-3 em um único processo licitatório permitiu fixar o valor médio de referência em R\$ 702.500,00 por veículo, totalizando R\$ 1.405.000,00, o que atrai maior competitividade e potencial de desconto na fase de lances do Pregão Eletrônico.
- **Mitigação de Despesas com Manutenção corretiva:** A exigência de garantia mínima de 02 anos para o chassi e para a carroceria transfere os riscos financeiros de defeitos e desgastes



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

prematureos ao fornecedor, desonerando o erário municipal de gastos com autopeças e oficinas no curto e médio prazo.

- **Economicidade por Proximidade da Assistência:** A restrição para que a assistência técnica autorizada esteja localizada a no máximo 100 km de Porecatu-PR reduz drasticamente os custos logísticos com o deslocamento de motoristas, pedágios e combustível para a realização das revisões periódicas obrigatórias.

#### **12.1.2. Em Termos de Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos**

- **Otimização do Quadro de Motoristas:** A utilização de 02 ônibus de grande capacidade (39 lugares cada) permite transportar até 76 passageiros simultaneamente (descontando os condutores) necessitando de apenas 02 motoristas escalados. Para transportar a mesma demanda em vans padrão de 15 lugares, seriam necessários pelo menos 5 veículos e 5 motoristas, sobrecarregando o quadro de servidores da Secretaria de Saúde.
- **Eficiência na Gestão e Fiscalização:** A padronização do objeto simplifica o trabalho da equipe de gestão contratual. A fiscal designada Daniele T. Donato e a gestora Arilda Batista de Araújo concentrarão seus atos de acompanhamento, vistorias e liquidação em um único contrato e fornecedor, otimizando as horas de trabalho administrativo.

#### **12.1.3. Em Termos de Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais**

- **Padronização e Longevidade da Frota:** A aquisição de bens novos com ano/modelo de no mínimo 2025/2026 garante a incorporação de patrimônio com ciclo de vida útil longo, reduzindo a necessidade de substituições precoces. A identidade técnica idêntica dos dois ônibus (mesmo motor de 175 CV, Proconve P8 e bitola de pneus 235/75R 17,5) facilita a futura manutenção preventiva e a reposição padronizada de componentes pela equipe de frotas.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

- **Uso Racional do Espaço Coletivo:** O salão equipado com porta-pacotes interno e bagageiro traseiro permite o acondicionamento seguro de bagagens e pertences dos pacientes sem obstruir os assentos ou o corredor central, maximizando o aproveitamento real da capacidade de passageiros do veículo de forma confortável e segura.

#### **12.1.4. Em Termos de Melhor Aproveitamento dos Recursos Financeiros Disponíveis**

- **Alinhamento com dotações vinculadas:** A contratação aproveita de forma integral e planejada os repasses e recursos específicos carimbados pelas Resoluções estaduais/municipais de saúde nº 24.317.449-0 e nº 24.405.396-3, garantindo que o teto financeiro de R\$ 700.000,00 estimado originalmente por resolução seja convertido em um investimento de alto impacto social, revertido diretamente em acesso a exames, consultas e tratamentos fora do município.

### **13. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

**13.1.** Para garantir a regularidade jurídica, a eficiência operacional e a correta fiscalização da vinda dos novos ativos, a Administração Pública deverá adotar as seguintes medidas preliminares:

#### **13.1.1. Adequação do Ambiente do Órgão (Infraestrutura e Logística)**

- **Preparação de Garagem e Guarda dos Bens:** A Secretaria Municipal de Saúde deve adequar o espaço físico destinado à guarda e ao estacionamento dos 02 (dois) novos ônibus rodoviários, garantindo local seguro, coberto e protegido contra intempéries para preservar o patrimônio público.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

- Logística para Abastecimento de Arla 32: Como os veículos possuem motorização Proconve P8 EURO VI com obrigatoriedade de uso de ureia líquida, o setor de frotas deve providenciar previamente a cadeia de suprimento e o armazenamento do aditivo Arla 32, bem como estabelecer o fluxo de abastecimento com Diesel S-10.
- Trâmites para Emplacamento Imediato: A Administração deve alinhar-se previamente com a assessoria jurídica ou despachante credenciado para fornecer os documentos institucionais necessários ao fornecedor, visto que o primeiro emplacamento deve ser realizado obrigatoriamente em nome da Prefeitura Municipal de Porecatu-PR antes da entrega.
- Definição do Layout de Identificação Visual: O setor de comunicação do município deve formalizar e enviar à empresa contratada os arquivos digitais com as logomarcas oficiais e os padrões de pintura/adesivagem para a customização visual dos veículos.

#### 13.1.2. Capacitação e Alinhamento dos Recursos Humanos

- Treinamento da Fiscal e da Gestora do Contrato: A servidora indicada para fiscalização, Daniele T. Donato (Portaria nº 205/2025), e a gestora do contrato, Arilda Batista de Araújo, deverão passar por reciclagem ou alinhamento técnico focado na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 09/2024. O foco será o acompanhamento de prazos de entrega (até 60 dias) e a abertura de chamados para a assistência técnica autorizada em raio de até 100 km.
- Capacitação para Recebimento Técnico: Promover um alinhamento com a fiscal do contrato e a equipe técnica da garagem municipal para a correta aplicação do *checklist* de recebimento. O grupo deve estar apto a conferir itens críticos como o dispositivo de acessibilidade, a potência do ar-condicionado (mínimo 85.000 BTUs), os freios ABS e as ferramentas obrigatórias.
- Treinamento Operacional de Motoristas: Previamente à entrega dos bens, os motoristas da Secretaria de Saúde que possuem a respectiva habilitação profissional (Categoria D ou E) deverão receber orientações técnicas ou treinamento oferecido pela concessionária





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

vencedora a respeito do funcionamento do computador de bordo, operação da alavanca de câmbio no painel, regeneração do sistema de emissões EURO VI e acionamento da porta pantográfica a ar.

#### 13.1.3. Providências Jurídicas e Orçamentárias

- Emissão da Nota de Empenho: Efetuar a reserva e o empenho global do valor de referência de R\$ 1.405.000,00 (R\$ 702.500,00 por item) nas dotações específicas vinculadas às respectivas Resoluções nº 24.317.449-0 e nº 24.405.396-3, conforme a Declaração de Compatibilidade da Previsão de Recursos Orçamentários anexada.
- Aprovação da Autoridade Competente: Colher formalmente a assinatura do Prefeito Municipal, Agamemnon Augusto Araujo Paduan, determinando o prosseguimento definitivo do feito pós-fase preparatória.
- Programação Financeira de Pagamento: Adequar o fluxo de caixa da tesouraria da saúde para cumprir a regra de liquidação fixada, que estabelece o pagamento a partir do dia 12 do mês posterior à data de emissão da nota fiscal.

## 14. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

14.1. Conforme a Lei nº 14.133/2021, a Administração deve verificar a existência de outras contratações que guardem relação direta com o objeto ou cuja execução seja indispensável para a sua plena fruição, a fim de evitar o desperdício de recursos e garantir a eficiência logística.

#### 14.1.1. Contratações Correlatas

As contratações correlatas são aquelas que, embora não sejam obrigatórias para o fornecimento do ônibus, são altamente recomendáveis para a manutenção da rotina operacional do veículo e para a segurança dos passageiros. Para esta solução, identificam-se:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

- Contratação de Seguro Total da Frota: Tratando-se de transporte sanitário rodoviário intermunicipal coletivo, faz-se indispensável a inclusão das duas novas unidades na apólice de seguro total do Município, cobrindo sinistros, colisões, furto, roubo e responsabilidade civil por danos materiais e pessoais causados a terceiros e aos pacientes transportados.
- Aquisição de Combustível (Diesel S-10) e Aditivos: Os veículos demandam, por especificação mecânica obrigatória, o abastecimento contínuo com Diesel S-10. O Município deve garantir a cobertura dessa demanda por meio de seus contratos vigentes de fornecimento de combustíveis via rede de postos credenciados.

#### 14.1.2. Contratações Interdependentes

As contratações interdependentes são aquelas sem as quais o objeto principal não pode ser operado, gerando a ociosidade do bem adquirido. Para a entrada em funcionamento dos ônibus, destacam-se:

- Fornecimento Regular de Ureia Líquida (Arla 32): Como os ônibus possuem motorização com tecnologia Proconve P8 EURO VI, o uso do reagente Arla 32 no reservatório próprio é obrigatório por lei ambiental para o funcionamento do motor. A Secretaria de Saúde deve assegurar que o contrato municipal de fornecimento de insumos automotivos ou de combustíveis contemple o abastecimento regular desse aditivo líquido antes do recebimento dos bens.
- Contratação de Serviços de Manutenção Corretiva Extra-Garantia: Os veículos contam com garantia contratual de 02 anos para o chassi e para a carroceria. No entanto, itens de desgaste natural que não são cobertos pela garantia regulamentar do fabricante (tais como pastilhas de freio, palhetas de para-brisa, filtros de ar e de óleo fora das revisões, serviços de funilaria por sinistros, entre outros) necessitarão de suporte de contratos vigentes de manutenção mecânica e reposição de peças mantidos pelo Município.

#### 14.1.3. Alinhamento Contratual e Inexistência de Barreiras



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

A Administração Municipal de Porecatu-PR declara que as demandas por motoristas habilitados (Recursos Humanos) e o fornecimento de combustíveis (Diesel S-10) já se encontram devidamente supridos pela estrutura atual da Prefeitura e por atas de registro de preços vigentes.

Portanto, não existem óbices contratuais ou dependências externas pendentes de licitação que possam atrasar ou impedir a imediata colocação dos veículos em circulação na frota do transporte sanitário assim que forem entregues e emplacados em nome do município.

### **15. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS**

**15.1.** A aquisição e o funcionamento de veículos de transporte coletivo rodoviário geram impactos ao meio ambiente que devem ser gerenciados pela Administração Pública. A modelagem desta contratação adotou critérios rigorosos de sustentabilidade ambiental, ecoeficiência e baixo consumo de recursos.

#### **15.1.1. Poluição Atmosférica e Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE)**

- **Impacto Ambiental:** A queima de combustíveis fósseis em motores a combustão gera a emissão de Dióxido de Carbono (CO<sub>2</sub>), Óxidos de Nitrogênio (NO<sub>x</sub>) e material particulado, contribuindo para a poluição do ar local e para o aquecimento global.
- **Medida Mitigadora:** Exigência de motorização com tecnologia Proconve P8 EURO VI (Ano/Modelo mínimo 2025/2026). Essa regulamentação impõe limites severos de emissões, reduzindo drasticamente a liberação de poluentes na atmosfera em comparação com frotas antigas.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

- Requisito de Consumo Inteligente (Arla 32): Obrigatoriedade de sistema equipado com reservatório para ureia líquida Arla 32. O reagente atua diretamente no catalisador do escapamento via Redução Catalítica Seletiva (SCR), convertendo o nocivo Óxido de Nitrogênio (NOx) em Nitrogênio (N<sub>2</sub>) e vapor d'água, gases totalmente inofensivos à saúde humana.
- Padrão de Combustível Limpo: Uso exclusivo de combustível Diesel S-10 (tanque com capacidade mínima de 150 litros). O Diesel S-10 possui concentração máxima de apenas 10 partes por milhão (ppm) de enxofre, reduzindo a formação de chuva ácida e a emissão de fumaça preta.

#### 15.1.2. Geração de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos Poluentes

- Impacto Ambiental: A manutenção preventiva e corretiva gera resíduos perigosos de Classe I (óleos lubrificantes usados, filtros de óleo, baterias inservíveis, fluidos de freio e pneus desgastados) que, se descartados incorretamente, contaminam o solo e os lençóis freáticos.
- Medida Mitigadora: Exigência de que a licitante vencedora preste garantia e assistência técnica no Estado do Paraná, dispondo de estrutura a uma distância máxima de 100 km do município de Porecatu-PR, como estipulado na solicitação da demanda. As oficinas autorizadas da marca são obrigadas por lei a manter planos de gerenciamento de resíduos e a realizar a logística reversa de componentes como baterias e óleos lubrificantes usados.

#### 15.1.3. Poluição Sonora

- Impacto Ambiental: O funcionamento de motores diesel de grande porte e sistemas de exaustão gera ruído contínuo, impactando negativamente o bem-estar da comunidade e a fauna ao longo das rotas rodoviárias.
- Medida Mitigadora: Os motores modernos padrão EURO VI operam com sistemas de injeção eletrônica common-rail de alta precisão e isolamento termoacústico de fábrica, o que reduz



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

de forma significativa o ruído mecânico e a vibração quando comparados a ônibus de gerações anteriores.

#### 15.1.4. Ecoeficiência e Requisitos de Baixo Consumo de Outros Recursos

- Iluminação Interna em LED: Exigência de iluminação interna totalmente composta por LEDs. A tecnologia LED possui consumo de energia elétrica consideravelmente menor em relação às lâmpadas incandescentes ou fluorescentes tradicionais, gerando menor sobrecarga no sistema elétrico de 24 volts do veículo, reduzindo o desgaste das baterias e o consumo indireto de combustível pelo alternador.
- Otimização do Consumo via Computador de Bordo: A inclusão de Computador de Bordo como item obrigatório permite o monitoramento em tempo real do consumo médio de combustível e dos parâmetros de eficiência do motor, servindo como ferramenta para orientar os motoristas da Secretaria de Saúde em direção a técnicas de condução econômica e sustentável.
- Isolamento Térmico para Climatização: O uso de janelas com vidros colados e a instalação de cortinas em todo o salão de passageiros funcionam como barreiras térmicas contra a radiação solar. Essa proteção reduz o ganho de calor interno, otimizando o funcionamento do aparelho de ar-condicionado de teto (85.000 BTUs) e mitigando picos de consumo de combustível gerados pelo esforço do compressor.
- Piso em Madeira Naval: O revestimento do corredor central utiliza madeira naval, um recurso de alta durabilidade e resistência à umidade que prolonga a vida útil da estrutura interna do salão de passageiros, postergando reformas estruturais complexas e o descarte precoce de materiais.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

#### 16. DO GERENCIAMENTO DE RISCOS

16.1. O gerenciamento de riscos visa identificar eventos que possam comprometer o sucesso da contratação, avaliando seus impactos e instituindo ações preventivas e contingenciais para resguardar o interesse público e a continuidade do transporte sanitário do Município de Porecatu-PR.

##### 16.1.1. Matriz de Identificação e Tratamento de Riscos

Risco 1: Atraso na entrega dos veículos pelo fornecedor adjudicatário.

- Causa Provável: Escassez de componentes no mercado automotivo, atrasos na linha de montagem da encarroçadora ou problemas logísticos de transporte.
- Impacto: Desatendimento temporário de pacientes que dependem do transporte para consultas, exames e tratamentos intermunicipais, gerando prejuízos à saúde pública.
- Ação Preventiva: Estabelecimento de um prazo de execução global de até 60 dias corridos no contrato, conferindo uma margem de segurança administrativa em relação ao cronograma físico idealizado de 30 dias.
- Ação Contingencial: Aplicação rigorosa das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 (advertência, multa moratória e/ou rescisão contratual) e, se necessário, remanejamento temporário de outros veículos da frota municipal ou prorrogação de contratos vigentes de suporte.

Risco 2: Entrega dos veículos em desconformidade com as especificações técnicas exigidas.

- Causa Provável: Falha de comunicação entre o concessionário/licitante e a fábrica, ou tentativa de entrega de modelo inferior para maximizar margem de lucro.
- Impacto: Recusa do bem pela fiscalização, gerando atraso na entrada em operação dos ônibus e potencial prejuízo ao erário.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

- Ação Preventiva: Descrição minuciosa e detalhada de todas as exigências técnicas no Termo de Referência e no Edital (como potência mínima de 175 CV, Proconve P8 EURO VI, capacidade mínima de 39 lugares e ar-condicionado de 85.000 BTUs).
- Ação Contingencial: Realização de vistoria e recebimento provisório rigoroso pela Fiscal de Contrato designada, Daniele T. Donato. Caso constatada desconformidade, lavratura de termo de rejeição com concessão de prazo imediato para adequação ou substituição do bem sob pena de rescisão e aplicação de penalidades.

Risco 3: Indisponibilidade prolongada do veículo por falta de assistência técnica ou peças de reposição locais.

- Causa Provável: Inexistência de oficina credenciada ou autorizada da marca nas proximidades do município de Porecatu-PR.
- Impacto: Paralisação prolongada do transporte sanitário, elevando custos logísticos e prejudicando a eficiência dos serviços de saúde.
- Ação Preventiva: Exigência editalícia de que a proponente comprove dispor de assistência técnica autorizada da marca ofertada a uma distância máxima de 100 km de Porecatu-PR, além da apresentação de declaração do fabricante autorizando a empresa a prestar garantia no estado do Paraná.
- Ação Contingencial: Acionamento imediato dos canais de ouvidoria e suporte do fabricante da marca para fazer valer a garantia contratual mínima de 02 anos estipulada para o chassi e a carroceria.

Risco 4: Erro ou defasagem na estimativa do preço de referência, gerando licitação deserta ou fracassada.

- Causa Provável: Volatilidade do mercado automotivo ou inclusão de cotações excessivamente discrepantes na média saneada.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

- Impacto: Atraso no andamento do certame licitatório e necessidade de refazer a fase de pesquisa de preços.
- Ação Preventiva: Saneamento rigoroso do Mapa de Pesquisa de Preços realizado entre 13/03/2026 e 17/03/2026, aplicando o artigo 27 do Decreto Municipal nº 009/2024 para desprezar valores excessivos (acima de 30% da média) apresentados pelas consultas de órgãos públicos, resultando no preço médio equilibrado de R\$ 702.500,00 por item.
- Ação Contingencial: Caso o certame reste deserto por insuficiência de valor frente ao mercado real, a Administração deverá realizar nova audiência pública ou atualizar a pesquisa mercadológica com fornecedores diretos da indústria de ônibus rodoviários.

Risco 5: Desgaste prematuro ou danos aos bens por falta de capacitação operacional na condução dos novos veículos.

- Causa Provável: Desconhecimento dos motoristas municipais a respeito das novas tecnologias de emissões (EURO VI) e sistemas embarcados.
- Impacto: Danos mecânicos ao motor, aumento no consumo de Diesel S-10 e perda da garantia de fábrica por mau uso.
- Ação Preventiva: Inclusão de cláusula prevendo a obrigação de entrega dos manuais do proprietário em língua portuguesa e agendamento de entrega técnica (orientação básica) por parte da concessionária vencedora.
- Ação Contingencial: Encaminhamento imediato dos motoristas da frota de saúde para treinamento operacional básico focado no funcionamento do computador de bordo, regeneração do sistema de ureia líquida (Arla 32) e condução econômica.

#### 16.1.2. Declaração de Viabilidade Face aos Riscos

Os riscos identificados são considerados gerenciáveis e mitigáveis por meio das barreiras preventivas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e das cláusulas fiscalizatórias que constarão no Termo de Referência. Sendo assim, o nível de risco residual é compatível com a segurança jurídica e





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

operacional desejada pelo Município de Porecatu-PR, restando ratificada a viabilidade do prosseguimento do feito.

#### 16.2. Do Plano Básico de Fiscalização

16.2.1. A equipe de fiscalização designada deverá obrigatoriamente atender ao Plano Básico de Fiscalização, conforme disposto na Orientação Técnica nº 001/2025, de 19 de novembro de 2025.

#### 16.3. Da Matriz de Riscos

16.3.1. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, procedeu-se à análise dos principais riscos relacionados à contratação para aquisição de 02 (dois) ônibus rodoviários com capacidade mínima de 39 lugares, destinados ao transporte sanitário da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Porecatu/PR.

A identificação dos riscos visa estabelecer medidas preventivas e mitigadoras que contribuam para o sucesso da contratação e da execução contratual.

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Medida Preventiva/Mitigadora	Responsável
Atraso na entrega dos veículos	Média	Alto	Exigir prazo de entrega definido em edital, acompanhamento contratual e aplicação de penalidades em caso de descumprimento	Contratada e Fiscal do Contrato
Entrega de veículo em desacordo com as especificações técnicas	Baixa	Alto	Conferência técnica detalhada no recebimento e exigência de atendimento integral às	Comissão de Recebimento e Fiscal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU  
Estado do Paraná

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Medida Preventiva/Mitigadora	Responsável
			especificações do Termo de Referência	
Inexecução contratual total ou parcial	Baixa	Alto	Exigência de habilitação adequada, aplicação de sanções administrativas e acompanhamento da execução	Administração e Contratada
Falhas ou defeitos de fabricação durante a garantia	Média	Médio	Exigência de garantia mínima e assistência técnica autorizada próxima ao Município	Contratada
Indisponibilidade de assistência técnica autorizada	Baixa	Médio	Exigir comprovação de rede autorizada em distância compatível com o Município	Contratada
Oscilações de preços durante o processo licitatório	Média	Médio	Pesquisa de preços atualizada e definição adequada do orçamento estimado	Setor de Compras
Fracasso ou deserto do certame	Baixa	Alto	Elaboração adequada do Termo de Referência e ampla divulgação do edital	Administração
Insuficiência orçamentária ou financeira	Baixa	Alto	Verificação prévia da disponibilidade orçamentária e financeira antes da contratação	Administração



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU**  
**Estado do Paraná**

<b>Risco Identificado</b>	<b>Probabilidade</b>	<b>Impacto</b>	<b>Medida Preventiva/Mitigadora</b>	<b>Responsável</b>
Descumprimento das obrigações de garantia e assistência técnica	Baixa	Médio	Previsão contratual específica e fiscalização permanente durante a vigência contratual	Fiscal do Contrato
Atraso no pagamento pela Administração	Baixa	Médio	Planejamento financeiro e observância dos prazos contratuais de pagamento	Administração

**16.3.2. Avaliação Geral dos Riscos**

Após análise dos riscos identificados, conclui-se que os eventos possuem níveis de probabilidade e impacto compatíveis com contratações similares realizadas pela Administração Pública, sendo passíveis de gerenciamento por meio das medidas preventivas e mitigadoras propostas.

Dessa forma, os riscos associados à contratação são considerados aceitáveis e controláveis, não representando impedimento para a realização do procedimento licitatório e para a execução do objeto, desde que observados os mecanismos de gestão e fiscalização previstos no Termo de Referência, Edital e Contrato Administrativo.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

#### 17. DA DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

17.1. Devido à necessidade do objeto pretendido neste estudo e após análise das informações apresentadas pela unidade demandante, consideramos **VIÁVEL** a contratação, **seguindo as orientações técnicas contidas neste estudo.**

#### 18. DA EQUIPE TÉCNICA

O Estudo Técnico foi elaborado pela seguinte equipe de planejamento da contratação:

Porecatu, 25 de maio de 2026.

---

Franciele Regina de Oliveira  
Matrícula nº 1730-2

---

Priscila de Arruda Penteado  
Matrícula nº 1737-8

#### 19. DA CIÊNCIA DA AUTORIDADE COMPETENTE

Recebido o presente estudo, verifico que ele está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão, no mais, atende as demandas formuladas da melhor maneira, pelo que **autorizo** a contratação nos termos concluídos pela equipe técnica de planejamento.

Porecatu, 25 de maio de 2026.

---

**ARILDA BATISTA DE ARAÚJO**  
Secretaria de Saúde



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU  
Estado do Paraná

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

<b>MUNICÍPIO DE PORECATU</b>			
<b>ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU</b>			
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 52/2026		PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026	
TIPO DE JULGAMENTO:		<b>MENOR PREÇO POR ITEM</b>	
RAZÃO SOCIAL:		CNPJ/CPF:	
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
CIDADE/UF:	CEP:	TELEFONE:	
REPRESENTANTE LEGAL:		CPF:	
RG:	E-mail:		

PROPOSTA:

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Marca
VALOR TOTAL:						

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

O prazo de validade da proposta é de \_\_\_\_\_ (mínimo 60) dias.

Nome do banco indicado para o pagamento: \_\_\_\_\_, Agência: \_\_\_\_\_, Conta Corrente: \_\_\_\_\_.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

Prazo de entrega: \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) (conforme TR) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.

**Declaro** que examinei, conheço e me submeto a todas as condições expressas no Edital e seus anexos, bem como verifiquei todas as especificações contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte.

**Declaro** que o preço ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

**Declaro** ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos diretos ou indiretos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

Local \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

## Estado do Paraná

(apenas para conhecimento, a empresa não precisa preencher)

### ANEXO III

#### MINUTA DO CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 18/2026  
Processo Administrativo nº 52/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
PORECATU – PR A UNIDADE GESTORA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE \* E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_.

O **MUNICÍPIO DE PORECATU**, inscrito sob o CNPJ n. 09.412.450/0001-66, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 344, Centro, em Porecatu/PR, ordenador de Despesas: por intermédio de seu Prefeito Municipal, Sr. **Agamemnon Augusto Araujo Paduan**, e da Secretaria Municipal de Saúde Arilda Batista de Araújo, cujo Ordenadora de Despesas em exercício, e **DE OUTRO LADO** o(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* (qualificação completa do representante da empresa) *conforme atos constitutivos da empresa* **OU** *procuração apresentada nos autos*, tudo registrado e em consonância com o **Processo Administrativo nº 52/2026**, e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações correlatas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 18/2026** mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREPOSTO INDICADO PELA CONTRATADA

1.1. Nos termos constantes no Anexo VI do edital, Termo de Nomeação de Preposto, a CONTRATADA nomeia e constitui o(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, devidamente qualificado(a) no respectivo Termo, com endereço eletrônico \_\_\_\_\_, como o **preposto** responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas na presente contratação.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

2.1. Aquisição \* nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

2.2. Quantidade e especificação do objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1. O Termo de Referência;

2.3.2. O Edital da Licitação;

2.3.3. A Documentação de Habilitação e a Proposta de Preços do contratado;

2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados;

2.3.5. O Plano Básico de Fiscalização.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO OBJETO (artigos 105, 106 e 107)

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da data da sua publicação de seu extrato publicado no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3.3. O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e, os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na referida Lei, e demais normas federais aplicáveis e também os normativos internos regentes, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos, devendo ser observado no sítio eletrônico do órgão as normas regentes das contratações formalizadas pela Nova Lei de Licitações – Lei 14.133;21.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS** ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4.2. A Gestão e fiscalização Contratual, conforme a alínea “f” do inciso XXIII do art.6º da NLL, se dará nos termos do Plano Básico de Fiscalização, conforme devidamente publicado no sítio eletrônico do município, no link: <https://porecatu.pr.gov.br/>

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO** ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto do Contrato, será efetuado mediante crédito em conta corrente, a partir dos **dias 12 (doze)** ao mês subsequente a emissão da nota fiscal desde que a nota fiscal tenha sido emitida **até o dia 30 (trinta) do mês corrente**, do atesto da nota fiscal.

6.2. O documento de cobrança da Contratada será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pela Contratada.

6.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.4 Se for constatado erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.4.1 Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

6.5 A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

**6.6.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

**6.7.** A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.

**6.8.** Será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

**6.8.1.** não produziu os resultados acordados ou deixe de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

**6.9.** Em se tratando de execução de recursos da União decorrente de transferência voluntária, as regras de pagamento atenderão ao regramento próprio editado por aquele ente.

**6.10.** A CONTRATADA obriga-se a emitir as notas fiscais ou documentos fiscais equivalentes em conformidade com a legislação vigente, observando-se, obrigatoriamente, o CNPJ da unidade administrativa (Secretaria) responsável pela solicitação e recebimento do objeto contratado.

Para cada fornecimento de bens e/ou prestação de serviços realizados em atendimento a solicitações específicas de determinada Secretaria, deverá ser emitida nota fiscal individualizada, contendo:

- O CNPJ da respectiva Secretaria;
- A descrição detalhada do objeto fornecido ou serviço prestado;
- O número da ordem de fornecimento, autorização de serviço ou documento equivalente que deu origem à solicitação;
- A data da entrega ou da execução do serviço.

A CONTRATANTE se compromete a indicar, em cada solicitação formal, o CNPJ e os dados completos da unidade requisitante, a fim de permitir a correta emissão do documento fiscal.

O pagamento somente será processado mediante apresentação da nota fiscal corretamente emitida, conforme disposto nesta cláusula, acompanhada da comprovação do recebimento definitivo do objeto, devidamente atestado pela unidade requisitante.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE** ([artigos 25, §7º, 92, § 3º](#))

**7.1.** Não se aplica.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE** ([art. 92, X, XI e XIV](#))

##### 8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Emitir decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

8.1.13. O fiscal de contrato desenvolverá as suas atribuições na conformidade do Plano de Fiscalização desenvolvido pelo Município, no qual constam as ações a serem adotadas pela equipe de fiscalização, visando inibir a incidência dos riscos comuns a todo objeto, devidamente inserido no item “gerenciamento de riscos” do relatório do estudo técnico.

NOME DO FISCAL	PORTARIA
Daniele T. Donato	205/2025

#### CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. O contratado deverá entregar junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou dificuldade criada pela contratante na entrega do objeto.

9.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado e no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

9.1.17. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.19. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.20. Entregar o produto sempre com a mesma qualidade e especificação técnica da proposta, em quantidade e qualidade compatível com o exposto no documento fiscal, no local, forma e prazo determinado no termo de referência;

9.1.21. Informar eventual alteração do preposto ou de sua qualificação, para providências quanto ao apostilamento devido, mantendo atualizado o endereço eletrônico do mesmo para os fins de eficiente comunicação no processo de fiscalização.

9.1.22. Responsabilizar-se pela destinação ambientalmente adequada dos materiais fornecidos que contenham componentes eletrônicos ou resíduos classificados como perigosos ou sujeitos à logística reversa, tais como baterias, fontes, nobreaks e equipamentos similares, promovendo seu recolhimento, transporte e descarte em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo apresentar, quando solicitado, documentação comprobatória da destinação final, como o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) ou documento equivalente emitido por empresa autorizada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO OBJETO** ([art. 92, XII e XIII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução para a presente contratação.

10.2. O contratado se obriga a executar o objeto conforme as condições pactuadas. A ocorrência de fraude na execução ou conduta inidônea, nos termos do art. 92, incisos XII e XIII, da Lei nº 14.133/2021, ensejará a aplicação das sanções legais cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta licitação
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3. Multa de 20% (de vinte por cento), conforme regulamentação pertinente ao art.156, § 3º da Lei 14.133/2021, sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações do item 11.1, alíneas “a” à “k”;

11.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos do item 11.1, alíneas “b” à “g”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes municipais, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, no caso do item 11.1, alíneas “h” à “k”, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

11.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.7. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.7.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração,





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO** (art. 92, XIX)

12.1. **O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes**, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Órgão:** 11 - Secretaria de Saúde

**Unidade Orçamentária:** 01 – Fundo Municipal de Saúde

**Função:** 103010023 - Saúde

**Proj./ Ativ./ Ope. Esp.:** 1.007 – Aquisição de Veículos para a Secretaria Municipal de Saúde

**Natureza da Despesa:** 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

**Fonte de Recurso:** 3400 – Saúde – Convênio Estadual C/C 220

**Desdobramento:** 4.4.90.52.40.00 – 1880 Desdobramento da Despesa

**Despesa Principal:** 4.4.90.52 – 1876

**Fonte de Recurso:** 303 Saúde Receitas Vinculadas (EC 29/00-



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

**Desdobramento:** 4.4.90.52.40.00 – 1881 Desdobramento da Despesa

**Despesa Principal:** 4.4.90.52 – 1100

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sítio eletrônico oficial, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua assinatura no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) \*quando adotado, sob condição indispensável para sua eficácia.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porecatu, estado do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU**  
**Estado do Paraná**

Porecatu-PR..... de ..... de 2026.

**MUNICIPIO DE PORECATU-PR**  
Agamemnon Augusto Araujo Paduan  
Prefeito Municipal/Ordenador de Despesas

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
(NOME DA SECRETÁRIA)

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)*

### ANEXO IV

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME - EPP

**Pregão Eletrônico nº 18/2026**  
**Processo Administrativo nº 52/2026**

Eu \_\_\_\_\_, subscrito abaixo, DECLARO que a empresa (qualificação da empresa proponente) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ com sede no endereço \_\_\_\_\_, município \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, neste ato por mim representada, para todos os fins de direito, especificamente para participação no presente procedimento licitatório, faz jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, por estar contida no rol de beneficiários do artigo 3ª da referida Lei.

DECLARO também, ciência de que a prestação de informações inverídicas sujeitará a empresa, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária relativas à falsidade ideológica (art. 299 do código Penal) e ao crime a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do representante legal



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU Estado do Paraná

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)*

### ANEXO V

#### MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

**Pregão Eletrônico nº 18/2026**  
**Processo Administrativo nº 52/2026**

A empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, com o endereço eletrônico \_\_\_\_\_, situada no Estado de \_\_\_\_\_, através do seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de participação **do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026, DECLARA** sob as penalidades cabíveis, que:

**I** - Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

**II** - Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**III** - conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu Anexos, e que, concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de fornecimento então contidas;

**IV** - Na qualidade de Proponente do procedimento de Pregão Eletrônico instaurado por este Município, o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

**V** - Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

### Estado do Paraná

**VI** - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**VII** - a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.

**VIII** – o endereço correto, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação direta, bem como em caso de eventual contratação, é: \_\_\_\_\_

E-mail:

Telefone:

**IX** - Ciência da existência e cumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE, declara ainda, que os princípios norteadores da referida legislação estão incorporados no desenvolvimento de suas atividades institucionais, bem como na prática de seus agentes de tratamento.

**X** - Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

Ressalva: ( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

**XI** – conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, VIII da Lei 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa.

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do representante legal



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

## Estado do Paraná

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)*

### ANEXO VI

#### MODELO DE TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO

**Processo Administrativo Nº 52/2026**

**Pregão Eletrônico Nº 18/2026**

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, declara que, que caso seja vencedora do certame, nomeia e constitui como seu(a) preposto(a), o(a) Senhor(a)....., brasileiro (a), estado civil, profissão, portador(a) do RG nº ....., inscrito(a) no CPF/MF sob n.º....., residente e domiciliado (a) à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, como responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste certame, bem como representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica desta nomeação.

Declarando ainda que, o contrato e todas as informações pertinentes devem ser direcionadas para o e-mail: \_\_\_\_\_.

..... de ..... de 2026

\_\_\_\_\_  
(Nome da empresa)

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal da empresa, com a indicação da qualidade de sócio/gerente/diretor/procurador) (confirmar poderes no contrato social ou procuração.)

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do preposto)